Estado do Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2021. Secretaria de Comunicação

Diário Oficial do Município de Mangaratiba

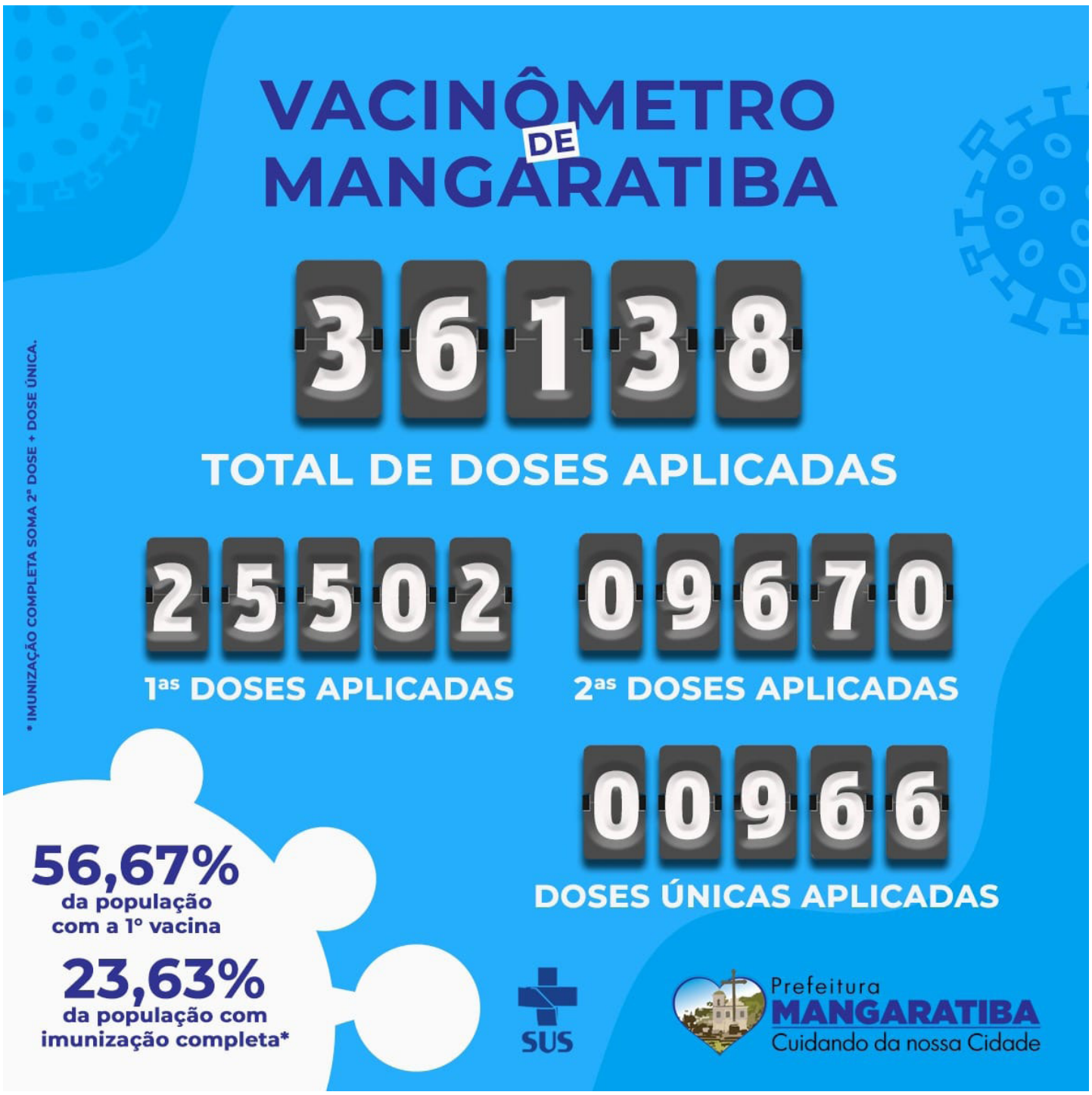
Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 • Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

D.O.M.

PREFEITURA
MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

Ano XVII Edição Nº
1409

Vacinômetro Mangaratiba



Atos da Prefeitura

PORTARIA ADM. N.º 0361 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art.2º, de 27 de abril de 2015 e tendo em vista a Portaria Adm. 0557/2019,
RESOLVE:
Art.1º Designar TAMIRES MATTOS DA SILVA, Cód. 68.283, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO e como Suplente BRUNO VASCONCELOS DA SILVA, Cód. 70.929, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Transporte, referente à contratação da empresa: CICLUS AMBIENTAL DO BRASIL S.A – Especializada no serviço de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos e domiciliares, resíduos volumosos e resíduo de varrição e limpeza de vias públicas, resíduos provenientes de retirada de entulho produzidos em pequenas obras residenciais de capina e poda de árvores, entre outros gerados pelo município de Mangaratiba, devendo eles fiscalizar e supervisionarem o Contrato de nº 039/2020, conforme Processo Administrativo nº 16173/2019.
Art.2º Para Auxílio de suas funções o mesmo deverá observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto Nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.
Art.3º Esta portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 30 de abril de 2020.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 03 de junho de 2020.
Jeferson Teixeira Terra
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA ADM. N.º 0362 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder a servidora RITA DE CASSIA SILVA ALMEIDA, matrícula n.º 3498, lotada no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 120 (CENTO E VINTE) dias de licença maternidade, com efeito retroativo a partir de 30/05/2020 a 26/09/2020, conforme processo n.º 04739/2020.

PORTARIA ADM N. 0363 DE 16 DE JUNHO DE 2020
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a licença maternidade concedida à servidora RITA DE CASSIA SILVA ALMEIDA, matrícula n.º 3498, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, a partir de 27/09/2020 a 25/11/2020, conforme processo n.º 04739/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0364 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder a servidora PRISCILA DA SILVA GABRI, matrícula n.º 10292, lotada no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS, 120 (CENTO E VINTE) dias de licença maternidade, com efeito retroativo a partir de 04/06/2020 a 01/10/2020, conforme processo n.º 04709/2020.

PORTARIA ADM N. 0365 DE 16 DE JUNHO DE 2020

EXECUTIVO

Prefeito
Alan Campos da Costa

Vice-Prefeito
Alcimar Moreira Carvalho

Chefe Geral de Gabinete
Jonathan Marins Aguiar

Secretário Municipal de Governo, Desenvolvimento Econômico, Relações Institucionais e Eventos
Luiz Cláudio de Souza Ribeiro (interina e cumulativamente)

Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia
Antônio Carlos Aniceto

Procuradora Geral do Município
Juracira Souza Mendes da Silva (interina e cumulativamente)

Secretário Municipal de Administração
Jeferson Teixeira Terra

Secretário Municipal de Compras e Suprimentos
Marcio Sarguis Telhado

Controladora Geral do Município
Katia Silva Fernandes Gonçalves

Secretário Municipal de Obras e Urbanismo
Marcio Souza Gomes

Secretário Municipal de Habitação
Josemar Costa de Oliveira

Secretário Municipal de Serviços Públicos
Fabio Ferreira

Secretário Municipal de Transportes
Eduardo Estrela dos Santos

Secretário Municipal de Fazenda
Marcio Ferreira

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento
Luiz Cláudio de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Eduardo Ferreira Jordão

Secretário Municipal de Meio Ambiente
Antonio Marcos Barreto

Secretário Municipal de Agricultura e Pesca
Roberto César Oliveira

Secretário Municipal de Turismo e Cultura
Fernando Luis Mattos da Motta

Secretário Municipal de Segurança e Trânsito
Norberto Alexandre Silva Marques Costa

Secretário Municipal de Ordem Pública
Eriesson Agra Junior

Secretária Municipal de Saúde
Sandra Castelo Branco Gomes

Secretário Municipal de Defesa Civil
Eduardo Barbosa Carvalho

Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Brena da Costa Maia

Secretário Municipal de Comunicação
Roberto de Castilho Barbosa

Presidente do Instituto José Miguel
Ana Paula Soares Barcelos

Presidente da Fundação Mário Peixoto
Jeferson Dias Ricardo

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Mangaratiba
Sidney Marcello Filho

Presidente da Empresa Pública de Transportes de Mangaratiba

LEGISLATIVO

Presidente
Renato José Pereira

Vice Presidente
Wladimir da Conceição Pereira

1° Secretário
Cecília Ribeiro Cabral

2° Secretário
Nielson Kopke de Jesus

Vereadores:
Alessandro Portugal
Cecília Ribeiro Cabral
Doriedson Thimoteo da Costa
Hugo Dourado Graçano
João Felippe de Souza Oliveira
Josué dos Santos
Leandro de Paula
Mair Bichara Araújo
Nielson Kopke de Jesus
Nilton Santiago
Renato José Pereira
Rômulo dos Santos Nogueira
Wladimir da Conceição Pereira

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a licença maternidade concedida à servidora PRISCILA DA SILVA GABRI, matrícula n.º 10292, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS, a partir de 02/10/2020 a 30/11/2020, conforme processo n.º 04709/2020.

PORTARIA ADM N. 0366 DE 16 DE JUNHO DE 2020
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 30 (trinta) dias, de LICENÇA PATERNIDADE, ao servidor DIOGO ROSA RODRIGUES, matrícula n.º 68963, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, com efeito retroativo a partir de 01/06/2020 a 30/06/2020, conforme processo n.º 04705/2020.

PORTARIA ADM N. 0367 DE 16 DE JUNHO DE 2020
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 30 (trinta) dias, de LICENÇA PATERNIDADE, ao servidor GABRIEL LEONCIO DE OLIVEIRA, matrícula n.º 65482, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 03/04/2020 a 02/05/2020, conforme processo n.º 04707/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0368 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) ANA PAULA DE SIQUEIRA CARVALHO, PROFESSOR II, matricula n° 1191, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, com efeito retroativo a partir de 01/02/2020 a 30/04/2020, conforme processo n°. 14545/2019.

PORTARIA ADM. N.º 0369 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) ELIANA CRISTINA DE SOUZA VENTORIM, PROFESSOR II, matricula n° 2164, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2014/2019, com efeito retroativo a partir de 12/02/2020 a 11/05/2020, conforme processo n°. 08041/2019.

PORTARIA ADM. N.º 0370 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) CREUSA ESPIRITO SANTO DA SILVA, PROFESSOR II, matricula n° 303, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 360 (TREZENTOS E SESSENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 1998/2003, 2003/2008, 2008/2013, 2013/2018, com efeito retroativo a partir de 01/03/2020 a 23/02/2021, conforme processo n°. 01198/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0371 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) MARIA APARECIDA PEREIRA, MERENDEIRA, matricula n° 1457, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2004/2009, com efeito retroativo a partir de 01/03/2020 a 29/05/2020, conforme processo n°. 02296/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0372 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) NORMA MELEGARIO RIBEIRO, MERENDEIRA, matricula n° 2933, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, com efeito retroativo a partir de 01/03/2020 a 29/05/2020, conforme processo n°. 00437/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0373 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) SOLANGE PEIXOTO DA SILVA, SERVENTE ESCOLAR, matricula n° 2286, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 180 (CENTO E

OITENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, 2014/2019, com efeito retroativo a partir de 17/03/2020 a 12/09/2020, conforme processo n°. 00927/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0374 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) FLAVIA FERREIRA DA SILVA, PROFESSOR II, matricula n° 1216, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 193 (CENTO E NOVENTA E TRES) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2000/2005, 2005/2010, 2010/2015, com efeito retroativo a partir de 01/03/2020 a 09/09/2020, conforme processo n°. 00872/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0375 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) FLAVIA FERREIRA DA SILVA, PROFESSOR II, matricula n° 1649, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 270 (DUZENTOS E SETENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2004/2009, 2009/2014, 2014/2019, com efeito retroativo a partir de 01/03/2020 a 25/11/2020, conforme processo n°. 00872/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0376 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) FERNANDA GOMES MOREIRA, PROFESSOR II, matricula n° 3144, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2011/2016, com efeito retroativo a partir de 01/02/2020 a 30/04/2020, conforme processo n°. 00355/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0377 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) JULIO HENRIQUES SOARES, GUARDA MUNICIPAL, matricula n° 2745, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2015/2020, com efeito retroativo a partir de 01/06/2020 a 29/08/2020, conforme processo n°. 04460/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0378 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) ANTONIO ANDRE DOS SANTOS, SERVENTE, matricula n° 2090, lotado(a) no(a) SUBSECRETARIA DE TRANSPORTES, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, a partir de 01/07/2020 a 28/09/2020, conforme processo n°. 04338/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0379 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) ANTONIO FERNANDES VILLELA, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matricula n° 2423, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2004/2009, com efeito retroativo a partir de 01/04/2020 a 29/06/2020, conforme processo n°. 03114/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0380 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) MARIA CRISTINA MIRANDA DOS REIS SARAIVA, AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR, matricula n° 2226, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, com efeito retroativo a partir de 13/03/2020 a 10/06/2020, conforme processo n°. 03492/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0381 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) SANDRA HELENA MOURA DE AMORIM, PROFESSOR II, matricula n° 3169, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2011/2016, com efeito retroativo a partir de 05/03/2020 a 02/06/2020, conforme processo n°. 03037/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0382 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) PAULO ROBERTO LACE, SERVENTE ESCOLAR, matricula n° 2897, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2015/2020, com efeito retroativo a partir de 01/05/2020 a 29/07/2020, conforme processo n°. 03440/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0383 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) JANAINA DE OLIVEIRA PINTO, PROFESSOR II, matricula n° 2732, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, com efeito retroativo a partir de 01/04/2020 a 29/06/2020, conforme processo n°. 03223/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0384 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) JANAINA DE OLIVEIRA PINTO, PROFESSOR II, matricula n° 1170, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2005/2010, com efeito retroativo a partir de 01/04/2020 a 29/06/2020, conforme processo n°. 03222/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0386 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) FERNANDO CARLOS MOREIRA KRUGER, GUARDA MUNICIPAL, matricula n° 1779, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2014/2019, com efeito retroativo a partir de 01/06/2020 a 29/08/2020, conforme processo n°. 02303/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0387 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) TANIA MARIA DA SILVA JORDÃO, MOTORISTA, matricula n° 2379, lotado(a) no(a) SUBSECRETARIA DE TRANSPORTES, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2014/2019, a partir de 01/07/2020 a 28/09/2020, conforme processo n°. 04336/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0388 DE 16 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder a servidora EMANOELE CLARIMUNDO FERREIRA, matrícula n.º 10127, lotada no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 120 (CENTO E VINTE) dias de licença maternidade, com efeito retroativo a partir de 03/04/2020 a 31/07/2020, conforme processo n.º 04778/2020.

PORTARIA ADM N. 0389 DE 16 DE JUNHO DE 2020
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a licença maternidade concedida à servidora EMANOELE CLARIMUNDO FERREIRA, matrícula n.º 10127, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, a partir de 01/08/2020 a 29/09/2020, conforme processo n.º 04778/2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 16 de junho de 2020.
Jeferson Teixeira Terra
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA ADM. N.º 0390 DE 23 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder a servidora ANA PAULA DA SILVA CARDOSO, matrícula n.º 1579, lotada no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 120 (CENTO E VINTE) dias de licença maternidade, com efeito retroativo a partir de 13/06/2020 a 10/10/2020, conforme processo n.º 04906/2020.

PORTARIA ADM N. 0391 DE 23 DE JUNHO DE 2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a licença maternidade concedida à servidora ANA PAULA DA SILVA CARDOSO, matrícula n.º 1579, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, a partir de 11/10/2020 a 09/12/2020, conforme processo n.º 04906/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0392 DE 23 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder a servidora ANA PAULA DA SILVA CARDOSO, matrícula n.º 10439, lotada no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 120 (CENTO E VINTE) dias de licença maternidade, com efeito retroativo a partir de 13/06/2020 a 10/10/2020, conforme processo n.º 04906/2020.

PORTARIA ADM N. 0393 DE 23 DE JUNHO DE 2020
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a licença maternidade concedida à servidora ANA PAULA DA SILVA CARDOSO, matrícula n.º 10439, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, a partir de 11/10/2020 a 09/12/2020, conforme processo n.º 04906/2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 23 de junho de 2020.
Jeferson Teixeira Terra
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 0394 DE 25 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3195, de 05 de maio de 2014,
RESOLVE:
Interromper a licença sem vencimento concedida a(o) servidor(a) CAMILA SENA SANTOS DA ROCHA, OFICIAL DE FAZENDA, matrícula n.º 3291, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, com base no Art.101, §1º da Lei 05/91, com efeito retroativo a partir de 22 de junho de 2020, conforme Processo n.º 04908/2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 25 de junho de 2020.
Jeferson Teixeira Terra
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA ADM. Nº 0395 DE 29 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 180 (CENTO E OITENTA) dias de redução em cinquenta por cento da carga horária a(o) servidor(a) SIMONE LIMA SÁ, GUARDA MUNICIPAL, matrícula nº 2491, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO, com fundamento no inciso XXI, do artigo nº 34 da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, com efeito retroativo a partir de, 06/01/2020 a 03/07/2020, conforme processo nº 03725/2014.

PORTARIA ADM. Nº 0396 DE 29 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 180 (CENTO E OITENTA) dias de redução em cinquenta por cento da carga horária a(o) servidor(a) ELIZABETE CRISTINA ALEIXO MIRANDA, PROFESSOR II, matrícula nº 1641, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, com fundamento no inciso XXI, do artigo nº 34 da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, com efeito retroativo a partir de, 23/12/2019 a 19/06/2020, conforme processo nº 07412/2018.

PORTARIA ADM. Nº 0397 DE 29 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 180 (CENTO E OITENTA) dias de redução em cinquenta por cento da carga horária a(o) servidor(a) VITOR NOVAES FERREIRA, INSPETOR DE ALUNOS, matrícula nº 3464, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, com fundamento no inciso XXI, do artigo nº 34 da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, com efeito retroativo a partir de, 01/06/2020 a 27/11/2020, conforme processo nº 02182/2020.

PORTARIA ADM. Nº 0398 DE 29 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 180 (CENTO E OITENTA) dias de redução em cinquenta

por cento da carga horária a(o) servidor(a) VALQUIRIA MEIRELLES DE ALMEIDA FERNANDES, INSPETOR DE ALUNOS, matrícula nº 2189, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, com fundamento no inciso XXI, do artigo nº 34 da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, com efeito retroativo a partir de, 01/06/2020 a 27/11/2020, conforme processo nº 02833/2020.

PORTARIA ADM. Nº 0399 DE 29 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 180 (CENTO E OITENTA) dias de redução em cinquenta por cento da carga horária a(o) servidor(a) ILZENIR TORRES DA SILVA, PROFESSOR I, matrícula nº 2658, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, com fundamento no inciso XXI, do artigo nº 34 da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, com efeito retroativo a partir de, 01/06/2020 a 27/11/2020, conforme processo nº 14497/2018.

PORTARIA ADM. N.º 400 DE 29 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de Competência estabelecida pelo Decreto nº 3360/2015,
RESOLVE:
Conceder licença para o exercício de atividade política ao Servidor(a) ERNESTO DA SILVA, matrícula nº 1080, conforme Processo nº 04619/2020, com efeito retroativo a partir de 02 de junho de 2020 e com o término após o dia subsequente da data da eleição a ser definida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.
PORTARIA ADM. N.º 401 DE 29 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de Competência estabelecida pelo Decreto nº 3360/2015,
RESOLVE:
Conceder licença para o exercício de atividade política ao Servidor(a) ALLAN FRANCIS DE CARVALHO E SILVA, matrícula nº 10236, conforme Processo nº 04800/2020, com efeito retroativo a partir de 18 de junho de 2020 e com o término após o dia subsequente da data da eleição a ser definida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

PORTARIA ADM. N.º 402 DE 29 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de Competência estabelecida pelo Decreto nº 3360/2015,
RESOLVE:
Conceder licença para o exercício de atividade política ao Servidor(a) LUCIEL BENEVIDES PEREIRA, matrícula nº 3088, conforme Processo nº 04898/2020, com efeito retroativo a partir de 22 de junho de 2020 e com o término após o dia subsequente da data da eleição a ser definida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

PORTARIA ADM. N.º 403 DE 29 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de Competência estabelecida pelo Decreto nº 3360/2015,
RESOLVE:
Conceder licença para o exercício de atividade política ao Servidor(a) DANIEL BARBOZA RIBEIRO, matrícula nº 10224, conforme Processo nº 04935/2020, com efeito retroativo a partir de 23 de junho de 2020 e com o término após o dia subsequente da data da eleição a ser definida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

PORTARIA ADM. N.º 404 DE 29 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de Competência estabelecida pelo Decreto nº 3360/2015,
RESOLVE:
Conceder licença para o exercício de atividade política ao Servidor(a) RODRIGO FERRAZ DE SOUZA, matrícula nº 2964, conforme Processo nº 03822/2020, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2020 e com o término após o dia subsequente da data da eleição a ser definida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

PORTARIA ADM. N.º 405 DE 29 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de Competência estabelecida pelo Decreto nº 3360/2015,
RESOLVE:
Conceder licença para o exercício de atividade política ao Servidor(a) ARISTISDES ANGELO BARCELOS NETO, matrícula nº 3414, conforme Processo nº 05038/2020, com efeito retroativo a partir de 26 de junho de 2020 e com o término após o dia subsequente da data da eleição a ser definida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 29 de junho de 2020.
Jeferson Teixeira Terra
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA ADM. N.º 406 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, de 27 de abril de 2015, Art.2º,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) ANA EMILIA MONTEIRO FERREIRA, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, matrícula 751, lotado(a) no(a)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, 30 (TRINTA) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, com efeito a partir de 01/07/2020 a 30/07/2020.

PORTARIA ADM. Nº 407 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, de 27 de abril de 2015, Art.2º,
RESOLVE:
Conceder aos(as) servidores(as) abaixo relacionados(as), lotados(as) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E LAZER, 30(TRINTA) dias de férias, com efeito de 01/07/2020 a 30/07/2020, referente aos respectivos períodos aquisitivos:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO
AMANDA DUTRA RODRIGUES	10344	2019/2020
ANA CRISTINA ROCHA DE JESUS	1436	2019/2020
CECILIA RIBEIRO CABRAL	105	2019/2020
LILIAM GONÇALVES CHAVES HAGUIWARA	1129	2017/2018
NATALIA DA SILVA CRUZ	10131	2018/2019
SOLANGE ROSTIN DE SOUZA MACHADO	911	2019/2020

PORTARIA ADM. N.º 408 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, de 27 de abril de 2015, Art.2º,
RESOLVE:
Conceder aos(as) servidores(as) abaixo relacionados(as), lotados(as) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, 30 (TRINTA) dias de férias, de 01/07/2020 a 30/07/2020, referente aos respectivos períodos aquisitivos:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO
GILSON DE FREITAS DA SILVA	391	2019/2020
THIAGO DE SOUZA DELGADO	3289	2017/2018

PORTARIA ADM. N.º 409 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, de 27 de abril de 2015, Art.2º,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) ROGÉRIO CASTRO COSTA, CONTADOR, matrícula 3077, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO, 30 (TRINTA) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, com efeito a partir de 01/07/2020 a 30/07/2020.

PORTARIA ADM. N.º 410 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, de 27 de abril de 2015, Art.2º,
RESOLVE:
Conceder aos(as) servidores(as) abaixo relacionados(as), lotados(as) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 30 (TRINTA) dias de férias para fins de aposentadoria, de 01/07/2020 a 30/07/2020, referente aos respectivos períodos aquisitivos:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO
GUILHERME TADEU GOMES DE MENDONÇA	396	2015/2016
SERGIO RABINOVICI	679	2018/2019

PORTARIA ADM. Nº 411 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, de 27 de abril de 2015, Art.2º,
RESOLVE:
Conceder aos(as) servidores(as) abaixo relacionados(as), lotados(as) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRANSITO, 30(TRINTA) dias de férias por estarem enquadrados no grupo de risco do Covid-19, conforme Decreto 4258 de 12 de junho de 2020, com efeito de 01/07/2020 a 30/07/2020, referente aos respectivos períodos aquisitivos:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO
ALEXANDRE DA SILVA MARIANO	1774	2019/2020
ALVIMAR DA COSTA BELMONTE JUNIOR	1092	2019/2020
ANGELO MACHADO LEONARDO	2443	2017/2018
CELSO ROBERTO DE MELLO	1098	2018/2019
LUIZ OTAVIO LOPES DANTAS	190	2014/2015
JORGE CLAUDINO	3320	2019/2020
SEBASTIAO FELIX DE OLIVEIRA SOBRINHO	853	2018/2019

PORTARIA ADM. N.º 412 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, de 27 de abril de 2015, Art.2º,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) MARA LUCIA GONÇALVES DOS

SANTOS, AUXILIAR ADMINISTRAÇÃO, matrícula 2637, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE CIENCIA E TECNOLOGIA, 30 (TRINTA) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, com efeito a partir de 01/07/2020 a 30/07/2020.

PORTARIA ADM. N.º 413 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, de 27 de abril de 2015, Art.2º,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) PEDRO PEREIRA, MOTORISTA, matrícula 636, lotado(a) no(a) SUBSECRETARIA DE TRANSPORTES, 30 (TRINTA) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, com efeito a partir de 01/07/2020 a 30/07/2020.

PORTARIA ADM. N.º 414 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de Competência estabelecida pelo Decreto nº 3360/2015,
RESOLVE:
Conceder licença para o exercício de atividade política ao Servidor(a) CLAUDIA CESARINO, matrícula nº 10286, conforme Processo nº 05076/2020, com efeito retroativo a partir de 29 de junho de 2020 e com o término após o dia subsequente da data da eleição a ser definida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

PORTARIA ADM. N.º 0415 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 45 (QUARENTA E CINCO) dias de licença médica a(o) servidor(a) VICTOR GUSTAVO PEREIRA VAZ TEIXEIRA, GUARDA MUNICIPAL, matrícula n.º 10421, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO, com efeito retroativo a partir de 27/05/2020 a 10/07/2020, conforme processo n.º 00878/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0416 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Prorrogar por mais 60 (SESSENTA) dias, a licença médica concedida a(o) servidor(a) ADENAIR VIEIRA DE MELO TATAGIBA PAULO, PROFESSOR II, matrícula n.º 1558, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, com efeito retroativo a partir de 19/05/2020 a 17/07/2020, conforme processo n.º 02097/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0417 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Prorrogar por mais 60 (SESSENTA) dias, a licença médica concedida a(o) servidor(a) JOAO LUIZ MAIA DA SILVEIRA, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, matrícula n.º 3047, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 02/06/2020 a 31/07/2020, conforme processo n.º 16069/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0418 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Prorrogar por mais 180 (CENTO E OITENTA) dias, a licença médica concedida a(o) servidor(a) MONICA BARBOSA DA FONSECA ANDRADE, MERENDEIRA, matrícula n.º 3538, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, com efeito retroativo a partir de 27/06/2020 a 23/12/2020, conforme processo n.º 03238/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0419 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 07 (SETE) dias de licença médica a(o) servidor(a) MARIA TEREZINHA DA APRESENTAÇÃO PIMENTA, SERVENTE ESCOLAR, matrícula n.º 3205, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 10/06/2020 a 16/06/2020, conforme processo n.º 00620/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0420 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 75 (SETENTA E CINCO) dias de licença médica a(o) servidor(a) SERGIO RICARDO DOS SANTOS, TECNICO DE ENFERMAGEM, matrícula n.º 1899, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 04/06/2020 a 17/08/2020, conforme processo n.º 05034/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0421 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,

RESOLVE:
Conceder 45 (QUARENTA E CINCO) dias de licença médica a(o) servidor(a) WANESSA CAROLINE DE LIMA ABREU, GUARDA MUNICIPAL, matrícula n.º 3352, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO, com efeito retroativo a partir de 04/06/2020 a 17/08/2020, conforme processo n.º 05033/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0422 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) MARIA DE LOURDES, SECRETARIA ESCOLAR, matricula n° 1074, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2015/2020, a partir de 01/07/2020 a 28/09/2020, conforme processo n°. 04587/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0423 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) MOISES RODRIGUES, GUARDA MUNICIPAL, matricula n° 1790, lotado(a) no(a) SEBSECRETARIA DE TRÂNSITO, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2014/2019, com efeito retroativo a partir de 15/06/2020 a 12/09/2020, conforme processo n°. 04730/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0424 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) RONALDO LOUREIRO, GUARDA MUNICIPAL, matricula n° 2493, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, a partir de 01/07/2020 a 28/09/2020, conforme processo n°. 04754/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0425 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) WALLACE MARTINS, GUARDA MUNICIPAL, matricula n° 2511, lotado(a) no(a) SEBSECRETARIA DE TRÂNSITO, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2014/2019, com efeito retroativo a partir de 15/06/2020 a 12/09/2020, conforme processo n°. 04621/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0426 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) ANA PAULA INNOCENCIO, PROFESSOR II, matricula n° 900, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 360 (TREZENTOS E SESSENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 1998/2003, 2003/2008, 2008/2013, 2013/2018, a partir de 01/07/2020 a 25/06/2021, conforme processo n°. 03132/2020.

PORTARIA ADM. N.º 0427 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) MARIA DE FATIMA MARRIEL PLATINO, MERENDEIRA, matricula n° 1459, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2014/2019, a partir de 01/07/2020 a 28/09/2020, conforme processo n°. 04594/2020.

PORTARIA ADM. N.º 428 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de Competência estabelecida pelo Decreto nº 3360/2015,
RESOLVE:
Conceder licença para o exercício de atividade política ao Servidor(a) RAFHAEL BRASIL TENORIO, matrícula nº 2151, conforme Processo nº 05132/2020, com efeito retroativo a partir de a partir desta data e com o término após o dia subsequente da data da eleição a ser definida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

PORTARIA ADM. N.º 429 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de Competência estabelecida pelo Decreto nº 3360/2015,
RESOLVE:
Conceder licença para o exercício de atividade política ao Servidor(a) ELAINE YORIO CAMARGO, matrícula nº 10462, conforme Processo nº 05133/2020, com efeito retroativo a partir de a partir desta data e com o término após o dia subsequente da data da eleição a ser definida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 30 de junho de 2020.

Jeferson Teixeira Terra
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA ADM. N.º 0430 DE 02 DE JULHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art.2º, de 27 de abril de 2015 e tendo em vista a Portaria Adm. 0124/2020,
RESOLVE:
Retificar os termos da Portaria 0289 de 15 de abril de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º Designar SERGIO GUSTAVO DE OLIVEIRA GONÇALVES, Cód. 72.884, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO, em substituição ao FERNANDO SANTORO GOMES, Cód. 69.279, e como Suplente DOUGLAS ARAUJO HOLANDA, Cód. 72.882, em substituição ao LEONOR DOS SANTOS AZEVEDO DE CARVALHO, Cód. 67.856, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Transportes, referente à contratação das empresas, relacionadas abaixo:
•AUTO PEÇAS MINEIRA LTDA – Processo Administrativo nº 6302/2019, Ata de Registro de Preço nº 003/2020.
•CARBRASIL AUTO PEÇAS LTDA – Processo Administrativo nº 6302/2019, Ata de Registro de Preços nº 002/2020.
Art. 2º Para Auxílio de suas funções o mesmo deverá observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 01 de abril de 2020.

PORTARIA ADM. N.º 0432 DE 02 DE JULHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art.2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Retificar os termos da Portaria 0282 de 07 de abril de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art.1º Designar PEDRO JOSE RODRIGUES DE SA, Cód. 1842, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO e como Suplente DOUGLAS ARAUJO HOLANDA, Cód. 72.882, da Subsecretaria de Transporte, referente à contratação da empresa: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A, devendo eles fiscalizar e supervisionarem a Ata nº 012/2020, oriundo do Processo Administrativo nº 16480/2019.
Art.2º Para Auxílio de suas funções o mesmo deverá observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto Nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.
Art.3º Esta portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 01 de abril de 2020.

PORTARIA ADM. N.º 0431 DE 02 DE JULHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência estabelecida no Art. 2º do Decreto nº 3360/2015 e tendo em vista a Portaria Adm. 0583/2019,
RESOLVE:
Retificar os termos da Portaria 0290 de 15 de abril de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º Designar SERGIO GUSTAVO DE OLIVEIRA GONÇALVES, Cód. 72.884, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO, em substituição ao LEONOR DOS SANTOS AZEVEDO DE CARVALHO, Cód. 67.856 e como Suplente DOUGLAS ARAUJO HOLANDA, Cód. 72.882, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Transportes, referente à contratação das empresas, abaixo relacionadas:
•SIBÉRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – Ata de Registro de Preço nº. 074/2019, Processo Administrativo nº. 1054/2019.
•VILLAR GUIMARÃES COMÉRCIO DE PNEUS LTDA-EPP – Ata de Registro de Preço nº. 078/2019, Processo Administrativo nº. 4039/2019.
Art. 2º Para Auxílio de suas funções os mesmos deverão observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.
Art.3º Esta portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 01 de abril de 2020.

PORTARIA ADM. N.º 0433 DE 02 DE JULHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art.2º, de 27 de abril de 2015 e tendo em vista a Portaria Adm. 0919/2019,
RESOLVE:
Art.1º Designar JEAN CARLOS DE PAULA MONTEIRO MAIA, Assessor, Cód. 70.751, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO e como suplente ISABELE MARIANO DE SOUZA, Assessora, Cód. 67.885, devendo eles fiscalizar e supervisionarem a Ata abaixo relacionada:
•Editora Jornalística Alberto LTDA – Contrato nº. 041/2020 – Pregão Presencial nº. 010/2020 – Processo Administrativo nº. 14320/2019.
Art.2º Para Auxílio de suas funções o mesmo deverá observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto Nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.
Art.3º Esta portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 29 de junho de 2020.

PORTARIA ADM. N.º 0434 DE 02 DE JULHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 120 (CENTO E VINTE) dias de licença médica a(o) servidor(a) DALVA CARVALHO DE SOUZA, TECNICA DE ENFERMAGEM, matrícula n.º 1879, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE

SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 26/03/2020 a 23/07/2020, conforme processo n.º 05158/2020.

PORTARIA ADM. N.º 435 DE 02 DE JULHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de Competência estabelecida pelo Decreto nº 3360/2015,
RESOLVE:
Conceder licença para o exercício de atividade política ao Servidor(a) GILBERTO REZIER DE FLORIANI MACILLO, matrícula nº 10205, conforme Processo nº 05141/2020, com efeito retroativo a partir de 30 de junho de 2020 e com o término após o dia subsequente da data da eleição a ser definida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

PORTARIA ADM. N.º 436 DE 02 DE JULHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de Competência estabelecida pelo Decreto nº 3360/2015,
RESOLVE:
Conceder licença para o exercício de atividade política ao Servidor(a) MARIA DE FATIMA HILARIO DE AGUIAR, matrícula nº 2925, conforme Processo nº 05139/2020, com efeito retroativo a partir de 30 de junho de 2020 e com o término após o dia subsequente da data da eleição a ser definida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 02 de julho de 2020.
Jeferson Teixeira Terra
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA ADM. N.º 437 DE 07 DE JULHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de Competência estabelecida pelo Decreto nº 3360/2015,
RESOLVE:
Conceder licença para o exercício de atividade política ao Servidor(a) ADRIANA CARLA DOS SANTOS, matrícula nº 10362, conforme Processo nº 05321/2020, com efeito retroativo a partir de 03 de julho de 2020 e com o término após o dia subsequente da data da eleição a ser definida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

PORTARIA ADM. N.º 438 DE 07 DE JULHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de Competência estabelecida pelo Decreto nº 3360/2015,
RESOLVE:
Conceder licença para o exercício de atividade política ao Servidor(a) ADRIANA CARLA DOS SANTOS, matrícula nº 1272, conforme Processo nº 05320/2020, com efeito retroativo a partir de 03 de julho de 2020 e com o término após o dia subsequente da data da eleição a ser definida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

PORTARIA ADM. N.º 0439 DE 07 DE JULHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art.2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Art. 1º Designar ANDERSON CALAZANS PORTUGAL, Fisioterapeuta, Cód. 56.611, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO, da Secretaria Municipal de Saúde, referente a Locação de equipamentos médico Hospitalar com manutenção e reposição de peças, para ser instalados no novo ambiente emergencial denominado sala vermelha no Hospital Victor de Souza Breves, devendo ele fiscalizar e supervisionar o contrato de nº 038/2020, constante no Processo Administrativo de nº 03782/2020.
Art. 2º Para Auxílio de suas funções o mesmo deverá observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 04 de maio de 2020.

PORTARIA ADM. N.º 440 DE 07 DE JULHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de Competência estabelecida pelo Decreto nº 3360/2015,
RESOLVE:
Conceder licença para o exercício de atividade política ao Servidor(a) ANGELO MACHADO LEONARDO, matrícula nº 2443, conforme Processo nº 05295/2020, com efeito retroativo a partir de 02 de julho de 2020 e com o término após o dia subsequente da data da eleição a ser definida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

PORTARIA ADM. N.º 441 DE 07 DE JULHO DE 2020.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de Competência estabelecida pelo Decreto nº 3360/2015,
RESOLVE:
Conceder licença para o exercício de atividade política ao Servidor(a) LEANDRO COUTO DOS SANTOS, matrícula nº 1115, conforme Processo nº 05281/2020, com efeito retroativo a partir de 02 de julho de 2020 e com o término após o dia subsequente da data da eleição a ser definida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 07 de julho de 2020.
Jeferson Teixeira Terra
Secretário Municipal de Administração

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos

Processo n° 1830/2021

Fls. _____

Pregão Presencial SRP 013/2021 – REM II

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 051/2021.
Órgão: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

PROCESSO Nº 1830/2021, PP- SRP: 013/2021 – REM II.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP), em botijões de 13 kg e de 45 kg, mediante sistema de troca de botijões e aquisição de vasilhames, *a serem entregues nas Unidades Escolares do Município e na Secretaria Municipal de Educação* , conforme Termo de Referência Anexo I deste Edital
Base Legal: Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de Setembro de 2007, Art. 16 – A, acrescido pelo Decreto Municipal nº. 4215 de 13 de abril de 2020 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

Aos 09 dias do mês de agosto de 2021, nas dependências da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pela Ilmª. **Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer**, Sra. Brena da Costa Maia, Brasileira, Professora, Casada, portadora da Cédula de identidade sob. o número: 202255279 emitido pelo DIC/RJ, CPF/MF: 107.969.157-09, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer**, e, de outro lado, a empresa **JM'S Depósito de Gás LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 14.677.137/0001-90, Inscrição Estadual nº. 79.535.087, Inscrição Municipal nº. 8281, com sede a Estrada Projetada F Q B Lote 4 - Nova Mangaratiba – Mangaratiba - RJ, CEP.: 23860-000, telefone (21) 2789-4037, endereço eletrônico: shisaraujo2015@gmail.com, neste ato, representada pela Senhor José Maurício Lopes Soares, Brasileiro, Casado, Empresário, portadora da Cédula de Identidade nº 90.820.473, emitido IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 011.727.837-80, e, daqui por diante, denominado simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO,** resolvem, na forma da Legislação Federal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.504, de 05 de setembro de 2007, e o Decreto Municipal 4215 de 13 de abril de 2020, e suas posteriores alterações, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral do Município de Mangaratiba.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

VALORES DA PROPOSTA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MARCA	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	**Gás liquefeito acondicionado em Recipiente cheio de gás P-13, medidas aproximadas: 360mm de diâmetro, 476mm de altura, 13kg, em aço carbono de 2,5 a 3,00mm de espessura, pressão interna 2 a 7 kg/cm2 , com dispositivo de segurança plugue fusível, válvula padrão ABNT NBR 8614 – Sistema de troca.**	**230**	**UND**	**COPAGAZ OU LIQUIGAS**	**R$ 106,00**	**R$ 24.380,00**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos

Processo nº 1830/2021

Fls. _____

Pregão Presencial SRP 013/2021 – REM II

2	Gás liquefeito acondicionado em Recipiente cheio de gás P-45, medidas aproximadas: 376,5mm de diâmetro, 1299mm de altura, 45kg, em aço carbono de 2,5 a 3,00mm de espessura, pressão interna 2 a 7 kg/cm2 , com dispositivo de segurança válvula sobre pressão, válvula padrão ABNT NBR 8614 – Sistema de troca.	670	UND	COPAGAZ OU LIQUIGAS	R$ 386,00	R$ 258.620,00
3	Recipiente de gás P-13, medidas aproximadas: 360mm de diâmetro, 475mm de altura, 13kg, em aço carbono de 2,5 a 3,00mm de espessura, pressão interna 17kgf/cm2 , com dispositivo de segurança válvula sobre pressão, válvula padrão ABNT NBR 8614 – Aquisição de vasilhame cheio.	5	UND	COPAGAZ OU LIQUIGAS	R$ 292,00	R$ 1.460,00
4	Recipiente de gás P-45, medidas aproximadas: 376,5mm de diâmetro, 1299mm de altura, 45kg, em aço carbono de 2,5 a 3,00mm de espessura, pressão interna 2 a 7 kg/cm2 , com dispositivo de segurança válvula sobre pressão, válvula padrão ABNT NBR 8614 – Aquisição de vasilhame cheio.	4	UND	COPAGAZ OU LIQUIGAS	R$ 677,00	R$ 2.708,00
TOTAL DA EMPRESA						R$ 287.168,00

Valor por extenso : R$ Duzentos e oitenta e sete mil cento e sessenta e oito reais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DE MATERIAIS

2.1 - Os produtos definidos nos itens 3 e 4 da cláusula primeira deverão ser novos, sem utilização anterior e de boa qualidade, com lacre, livres de defeito, imperfeições e outros vícios que impeçam ou reduzam sua usabilidade, observando rigorosamente as características especificadas, devendo ser apresentados em embalagens específicas, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega;

2.2 - O prazo de entrega dos materiais será de 24 (vinte e quatro) horas após a emissão da Autorização de Fornecimento, de forma parcelada, de acordo com as necessidades das 41 (quarenta e uma) unidades escolares e da Secretaria Municipal de Educação;

2.3 - Os produtos deverão ser entregues ponto a ponto nas Unidades Escolares e Secretaria Municipal de Educação – Anexo II, sendo recebidos/conferidos por servidor responsável no horário de expediente, devendo o fornecedor certificar-se antecipadamente quanto a feriados locais ou alterações nos horários de expediente;

2.4 - Fica a cargo do Fornecedor ou transportador por ele contratado a descarga e movimentação do equipamento ou material do veículo até o local designado pelo servidor responsável pelo recebimento;

2.5. - Quando da alteração/inclusão de endereço, o FORNECEDOR REGISTRADO deverá respeitar essa alteração/inclusão, modificando/incluindo o respectivo endereço para entrega dos insumos e execução do serviço.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos

Processo nº 1830/2021

Fls. _____

Pregão Presencial SRP 013/2021 – REM II

2.6. - Havendo necessidade de material, a Unidade Escolar, fará contato com a Secretaria Municipal de Educação que solicitará ao FORNECEDOR REGISTRADO, em acordo com Autorização de Fornecimento emitida, indicando sua descrição, quantidade, marca e preço registrado.

2.6.1 - Os mesmos deverão ser entregues nos locais estipulados no anexo II do Termo de Referência.

2.7. - O recebimento provisório do material faz-se necessário a fim de verificação dos envazados, visando o teste dos cilindros, buscando possíveis vazamentos, através dos servidores lotados nas unidades escolares onde os materiais serão entregues.

2.8. - A quantidade a ser fornecida a cada requisição dependerá do consumo e da quantidade de botijões disponíveis para troca em cada local de entrega.

2.9. - Caberá à equipe de fiscalização, o controle do cumprimento do prazo de entrega por parte da contratada, devendo informar à Administração os casos de descumprimento para fins de análise de aplicações de sanções administrativas.

2.10. - Caso o FORNECEDOR REGISTRADO verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Educação solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

2.11. - A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação do FORNECEDOR REGISTRADO, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo: tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

2.12. - Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o FORNECEDOR REGISTRADO ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

2.13. - Atendidas as condições indicadas na cláusula acima, será registrado o recebimento mediante atestado no verso da nota fiscal, ou em termo próprio.

2.14. - O recebimento deverá ser efetuado, satisfeitas as condições abaixo, nos moldes do art. 73, da Lei Federal 8.666/93:

a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;

b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

c) Conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador, descrição do material entregue, quantidade, preço unitário e total.

2.15. - Não sendo atendidas as condições para recebimento, o fiscal do Instrumento Contratual, solicitará ao FORNECEDOR REGISTRADO a troca do produto, no prazo máximo de 01 (um) dia útil.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos

Processo n° 1830/2021

Fls. _____

Pregão Presencial SRP 013/2021 – REM II

2.16. - Reserva-se a Secretaria Municipal de Educação o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Tal direito é garantido pela PORTARIA INMETRO Nº 201, de 3 de junho de 2020 e pela Lei Federal nº 9.478, de 06 de agosto de 1997.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

3.1 - O acompanhamento e a fiscalização do Instrumento Contratual firmado com O FORNECEDOR REGISTRADO serão realizados por servidor designado em conformidade com o disposto no artigo nº 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 3293 de 25 de novembro de 2014.

3.2 - O Fiscal do Instrumento Contratual será responsável pelo acompanhamento, fiscalização e pela emissão dos Termos de Recebimento, Recusa e Devolução dos produtos fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente informada na proposta do fornecedor, no prazo de 30 (trinta) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização, e/ou do recebimento do documento fiscal;

4.2. - O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o recebimento definitivo e mediante a comprovação da regularidade fiscal em acordo com o Edital.

4.3. - A Nota Fiscal deverá ser emitida em no mínimo 02 (duas) vias e conter a indicação do material, conforme a discriminação da Nota de Empenho, marca/modelo, quantidade, e os preços unitário e total.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O Preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante da **Ata de Julgamento e do Histórico do Pregão**, que foi devidamente Homologado pela **Secretário Municipal de Educação.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. Os preços que vierem a ser pactuados, por decorrência desta licitação, serão fixos e irreajustáveis no período de 12 (doze) meses, nos termos da Lei Federal nº 10.192/01, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de quebra de equilíbrio econômico financeiro, situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.4. Comprovada a redução de preços praticados no mercado, o Município de Mangaratiba, convocará a empresa vencedora, para negociação e redefinir os preços alterando assim a Ata de Registro de Preços.

5.5. Inexiste a possibilidade de adoção, pelas partes, de qualquer espécie de atualização financeira.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos

Processo n° 1830/2021

Fls. _____

Pregão Presencial SRP 013/2021 – REM II

6.1 - Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forme e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.

6.2 - Manter, durante todo o prazo de execução do Instrumento Contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase **de habilitação da licitação.**

6.3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento;

6.4 - Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência;

6.5 - Responder por quaisquer danos causados diretamente ou indiretamente à Prefeitura Municipal de Mangaratiba, ou a terceiros, decorrentes de acontecimentos na entrega da mercadoria.

6.6 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independente da que será exercida pela Secretaria Municipal de Educação,

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

7.1. - Requisitar o fornecimento do material, na forma prevista neste Termo de Referência;

7.2 - Exigir do FORNECEDOR REGISTRADO o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;

7.3 - Verificar a manutenção pelo contrat FORNECEDOR REGISTRADO ada das condições de habilitação, estabelecidas na licitação;

7.4 - Aplicar penalidades ao FORNECEDOR REGISTRADO, por descumprimento contratual;

7.5 - Efetuar o pagamento ao FORNECEDOR REGISTRADO, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos.

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o servidor(a) responsável da Secretaria julgar necessário, poderão exigir amostra, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

8.2 – A **Secretaria Municipal de Educação** do Município de Mangaratiba - RJ que indicará o servidor para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos licitados, sendo sua confirmação definitiva condicionada ao cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata.

8.3 - Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que na **Registro de Preços para**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos

Processo nº 1830/2021

Fls. _____

Pregão Presencial SRP 013/2021 – REM II

aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP), em botijões de 13 kg e de 45 kg, mediante sistema de troca de botijões e aquisição de vasilhames, a serem entregues nas Unidades Escolares do Município e na Secretaria Municipal de Educação , conforme Termo de Referência Anexo I deste Edital, aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 - Em caso de troca do produto, em função do que se contém no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

8.5 - A avaliação da qualidade do produto será efetuada pela **Secretaria Municipal de Educação,** não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre **Secretaria Municipal de Educação** e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura não admitindo prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado na entrega de materiais licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

10.1.1 - 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.2 - 1% (um por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;
10.2 - As multas a que se refere o **item** acima incidem sobre o valor do pedido e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial, será aplicada, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

10.3.1 - Multa por atraso a cada dia após o prazo previsto no **subitem 10.1.2**, no valor de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do pedido, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

10.3.2 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;

10.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGAFO ÚNICO - A aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3.1**, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos **subitens 10.3.2 e 10.3.3**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos

Processo nº 1830/2021

Fls. _____

Pregão Presencial SRP 013/2021 – REM II

10.4 - A aplicação das penalidades previstas neste **item** é de **competência exclusiva da Secretaria requisitante pelo seu ordenador de despesa**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO

11.2 - O preço registrado poderá ser cancelado pelo Município de Mangaratiba nos termos das disposições fixadas no art. 10 do **DECRETO MUNICIPAL Nº. 1504, DE 05 DE SETEMBRO DE 2007**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1 - Pela **Secretaria Municipal de Educação**, em despacho fundamentado do seu Secretário.

12.1.2 - Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3 - Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4 - O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6 - O Valor apresentado se apresentar superior ao registrado.

12.1.7 - Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado.

12.1.8 - No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2 - Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada ao Municipio de Mangaratiba à aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 - A comunicação do cancelamento do valor registrado, no caso previsto no item 12.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro do valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A empresa se obriga a manter-se, durante toda a validade deste registro, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto Municipal nº. 1504, de 05 de setembro de 2007, Decreto Municipal n.º 4215 de 13 de abril de 2020 aplicando-se

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos

Processo nº 1830/2021

Fls. _____

Pregão Presencial SRP 013/2021 – REM II

subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

14.2 - Os prazos previstos nesta Ata serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.3 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

14.4 - Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

14.5 - As partes elegem o Foro da comarca de Mangaratiba, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

BRENA DA COSTA MAIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

Prof. Brena da Costa Maia
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Mat.: 1596

PELA EMPRESA:

JM'S DEPÓSITO DE GÁS LTDA.
CNPJ sob o nº 14.677.137/0001-90.

JOSÉ MAURÍCIO LOPES SOARES
CPF: 011.727.837-80

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 4.525, DE 2 DE AGOSTO DE 2021.

APROVA O REGULAMENTO E O CÓDIGO DISCIPLINAR DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL NO MUNICIPIO.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO à necessidade de regulamentar a legislação existente que disciplina o serviço de transporte individual de passageiros por táxi no município, adaptando-a às necessidades atuais do serviço;

CONSIDERANDO à necessidade da Administração Pública melhorar a qualidade no atendimento aos usuários, bem como, exercer de maneira mais eficiente o controle, a ordenação e a fiscalização do serviço, visando ao seu aperfeiçoamento;

CONSIDERANDO as regras estabelecidas pela Lei Federal n.º 12.468 de 12 de Agosto de 2011, pela Lei Federal n.º 12.865, de 9 de outubro de 2013 e a Lei n.º 1.318 de 22 de Outubro de 2020;

CONSIDERANDO o artigo 92, VII e artigo 107, I, "B" da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aprovado o Regulamento e o Código Disciplinar do Serviço de Transporte Individual de Passageiros em Veículos de Aluguel, na forma do ANEXO I e ANEXO II, respectivamente ao presente Decreto.

Art. 2.º A Secretaria Municipal de Transportes poderá expedir normas complementares para a execução do Regulamento e do Código Disciplinar aprovado no presente Decreto.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 2 de agosto de 2021.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

ANEXO I

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INVIDUAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL NO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

CAPÍTULO - I
Das Disposições Preliminares

Art. 1.º A Secretaria Municipal de Transportes é o órgão normativo, coordenador, gestor e organizador do serviço de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel no Município de Mangaratiba, devendo o mesmo ser fiscalizado pela Secretaria Municipal de Transportes, que poderá firmar convênios com outros órgãos da administração pública na esfera municipal, estadual ou federal, para auxílio de fiscalização.

Art. 2.º O serviço de transporte individual de passageiros será executado mediante autorização, a título precário e por tempo indeterminado, outorgado pelo Chefe do Poder Executivo, observando o quantitativo estabelecido e desde que sejam cumpridas as formalidades legais para tanto.

Parágrafo único. As autorizações de que se trata esse artigo serão outorgadas de acordo com à classificação dos serviços à serem prestados, sendo vedado, sob qualquer pretexto, mudança, transferência, troca ou substituição entre os serviços.

Art. 3.º A Secretaria Municipal de Transportes, no desempenho de suas atribuições, deverá, especialmente:

I – promover à adequada prestação do Serviço de Táxi, evitando abusos econômicos e mantendo o incentivo à concorrência salutar;
II – assegurar a qualidade da prestação do Serviço de Táxi no que diz respeito à segurança, continuidade, conforto e acessibilidade;
III – estimular a preservação do patrimônio histórico, a conservação energética e a redução de causas de poluição ambiental, conforme as prescrições das normas técnicas e dos padrões de emissão de poluentes;

CAPÍTULO - II
Das Definições

Art. 4.º Para fins deste regulamento, consideram-se:

I – Serviço de Táxi: serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros com veículo de aluguel, organizado, disciplinado e fiscalizado pelo poder público municipal, com base nos requisitos mínimos de segurança, de conforto, de higiene, de qualidade dos serviços e de fixação prévia dos valores das tarifas a serem cobradas.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

II- Taxistas Autônomos: motoristas profissionais residentes e domiciliados no município de Mangaratiba, devidamente inscritos como segurados do Instituto nacional de Seguro Social – INSS como motoristas de táxi, e que sejam titulares de uma única autorização outorgada pelo Chefe do Executivo Municipal para explorar o serviço de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel, de acordo com este regulamento, com a legislação em vigor e com atos que serão expedidos pela Secretaria Municipal de Transportes. A autorização outorgada para prestação do serviço por Taxista Autônomo será classificado como autorização Táxi Convencional.

III – Instituições Aglutinadoras: é o agrupamento de Taxistas Autônomos, organizadas sob forma de associações, cooperativas, ou outra forma legalmente prevista, com sede no município de Mangaratiba e que sejam titulares de autorização para dar suporte operacional para a prestação do Serviço de Táxi, na forma do regulamento e normas expedidas pela Secretaria Municipal de Transportes. A autorização outorgada para prestação do serviço por meio de Instituição Aglutinadora será classificado como autorização de Táxi Executivo.

CAPÍTULO II
DOS REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

Seção I
Para Taxistas Autônomos e Motoristas Auxiliares

Art. 5.º Os Taxistas Autônomos e os Motoristas Auxiliares deverão atender integralmente aos requisitos e condições abaixo estabelecidos para prestar o Serviço de Táxi, em qualquer de suas modalidades, sem prejuízo da regulamentação complementar a ser expedida pela Secretaria Municipal de Transportes:

I – ser motorista portador de carteira nacional de habilitação, categorias B, C, D ou E, assim definidas no art. 143 da Lei Federal nº 9503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro;
II – ser residente e domiciliado no Município de Mangaratiba;
III – ser o único proprietário ou titular de contrato de arrendamento mercantil *leasing* do veículo, devendo o mesmo ser licenciado no Município;
IV – apresentar anualmente laudo médico que comprove estar em condições físicas e mentais para o exercício da atividade de taxista, fornecido por um médico , devidamente registrado no CRM – Conselho Regional de Medicina;
V – Apresentar anualmente certidão de Nada Consta de condenação criminal na Comarca de Mangaratiba;
VI – estar inscrito junto à Secretaria de Fazenda do Município de Mangaratiba qualidade de autônomo e ao INSS, como motorista de táxi;

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

VII – Manter-se em atividade profissional oferecendo seus serviços à população por um período mínimo de 40 (quarenta) horas semanais, tempo esse que passa a ser de no mínimo 60 (sessenta) horas semanais em de cadastramento de motorista auxiliar, ressalvados os afastamento por motivo de férias, doenças e outros que deverão serem informados à Secretaria Municipal de Transportes;
VIII – Apresentar documento que comprovem a conclusão do curso de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, que deverão estar de acordo com os parâmetros definidos por resolução do CONTRAN;
IX – Conduzir veículo com as características exigidas pelas Normas do Poder Concedente, e devidamente inspecionado e vistoriado pela Secretaria Municipal de Transportes anualmente;
X – Ser titular de certificação específica para exercer a profissão, emitida pela Secretaria Municipal de Transportes;
XI- Possuir Curso de Formação de Taxista, com validade vigente, conforme estabelecida na resolução CONTRAN Nº 456 DE 22/10/2013;
XII – Os motoristas auxiliares devem cumprir os mesmos requisitos do titular da autorização;
XIII – O Autorizatário poderá cadastrar apenas 01 (um) motorista auxiliar, devendo o mesmo prestar pelo menos 30% (trinta por cento) do tempo de operação;
XIV – Não será permitido o cadastramento de um mesmo motorista auxiliar por mais de um autorizatário.

Seção II
Para Instituições Aglutinadoras

Art. 6.º As Instituições Aglutinadoras são classificadas como executivo, e deverão atender integralmente aos requisitos e condições abaixo estabelecidos para prestar o Serviço de Táxi, sem prejuízo da regulamentação complementar a ser expedida pela Secretaria Municipal de Transportes:

I - Comprovar que estão devidamente registradas nos registros públicos competentes e que mantém sua sede no Município de Mangaratiba;
II – Comprovar ter habilitação jurídica, regularidade fiscal, capacidade técnica e de infra-estrutura, além de capacidade econômico-financeira;
III – Congregar pelo menos 20 (vinte) Taxistas Autônomos, que deverão ser proprietários de seus respectivos veículos;
IV – Manter registro de chamadas feitas pelos usuários pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, com informações do horário, local e veículo que atendeu a solicitação, dos atendimentos realizados e gravações das chamadas para com os usuários e para com a central.

CAPÍTULO III
DOS DEVERES

Seção I
Para Taxistas Autônomos e Motoristas Auxiliares

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Art. 7.º Constituem-se deveres dos Taxistas Autônomos e Motoristas Auxiliares, no exercício da prestação do Serviço de Táxi, em qualquer de suas modalidades, e sem prejuízo da regulamentação complementar a ser expedida pela Secretaria Municipal de Transportes e demais normas de trânsito:

I – Manter atualizado o endereço assim como os respectivos cadastros na Secretaria Municipal de Transportes;
II – Trabalhar devidamente trajado, ou seja, com camisas de gola, pólo ou social, com mangas curta ou comprida, devidamente abotoadas, calça comprida e sapato fechado;
III – Manter visível o seu cartão de identificação no painel do veículo, acima do porta-luvas, de tal forma que não prejudique o acionamento do air-bag do veículo, caso seja necessário;
IV- Manter o veículo em perfeitas condições de limpeza, higiene e apresentação;
V- Manter o veículo em perfeitas condições de segurança, providenciando sempre o conserto de defeitos ou deficiências de sinalização, sistema de freios, limpadores de pára-brisa ou quaisquer outras falhas elétricas ou mecânicas;
VI- Aceitar sempre as corridas, com exceção dos seguintes casos:

a) Em casos de calamidade pública;
b) Quando o usuário portar animais que não estejam acondicionados, exceto cão-guia;
c) Quando o destino for área reconhecidamente de risco;
d) Quando o usuário portar bagagem capaz de danificar o veículo ou que exceda as dimensões do porta-malas.

VII – Cobrar o valor da tarifa de acordo com a tabela emitida pelo Poder Público Municipal;
VIII – Seguir o itinerário mais seguro, salvo por determinação expressa do passageiro ou de autoridades de trânsito ou policial;
IX – Portar-se de maneira correta, educada e urbana com os usuários;
X– Identificar-se sempre que solicitado, declarando o número do veículo que conduz ao atender chamado, sem indagar o destino do usuário;
XI – Dispor de troco necessário para a corrida, arcando com a diferença quando não dispuser do mesmo;
XII – Manter-se no ponto de base, sendo-lhe vedada qualquer combinação para escolha de passageiros por intermédio de terceiros;
XIII – Adotar tratamento especial para com as gestantes, pessoas idosas e portadoras de necessidades especiais;
XIV – Evitar partidas e freadas súbitas ou brutais;
XV – Não fumar, comer ou beber no interior do veículo;
XVI – Acatar as ordens e apresentar os documentos solicitados pela fiscalização;
XVII – Não atender telefone celular enquanto estiver dirigindo;
XVIII – Falar apenas o indispensável enquanto estiver em trânsito;
XIX – Não obstruir o trânsito para embarque e desembarque de passageiros;
XX – Manter a placa luminosa e indicadora na parte superior do veículo sempre funcionando para que os usuários tenham conhecimento se o veículo está ocupado ou não;

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

XXI – Abster-se de utilizar película de proteção nos vidros do veículo (insufilm) que impeça que os usuários enxerguem o interior do veículo.

Seção II
Para Instituições Aglutinadoras

Art. 8.º Constituem-se deveres das Instituições Aglutinadoras, no exercício da prestação do Serviço de Táxi, em qualquer de suas modalidades, e sem prejuízo da regulamentação complementar a ser expedida pela Secretaria Municipal de Transportes e demais normas de trânsito:

I – Designar pelo menos um membro de sua Diretoria e um representante legal para representá-la junto a Secretaria Municipal de transportes;
II - Atender a contento as demandas dos usuários dos serviços prestados, de acordo com critérios de eficiência a serem estabelecidos pela Secretaria Municipal de Transportes;
III – Abster-se de repassar o destino do usuário a terceiros, após atendimento do chamado;
IV – Apresentar a Secretaria Municipal de Transportes, sempre que solicitado, cópia dos seus atos societários atualizados e registrados, inscrição municipal e CNPJ ativo e alvará municipal de funcionamento.

CAPÍTULO IV
DOS DIREITOS

Seção I
Para Taxistas Autônomos e Motoristas Auxiliares

Art. 9.º Aos Taxistas Autônomos são assegurados os seguintes direitos:

I – Indicar 01 (um) Motorista Auxiliar para prestar o Serviço de Táxi em seu veículo, observada a regulamentação da Secretaria Municipal de Transportes;

II – Substituir, a qualquer momento, o veículo em que presta o Serviço de Táxi, observada a legislação em vigor;
III – Em caso de integrar uma Instituição Aglutinadora, trabalhar em outro veículo cadastrado na mesma Instituição Aglutinadora, na condição de Motorista Auxiliar, por um prazo máximo de 90 (noventa) dias, caso seu veículo esteja impossibilitado de operar em virtude de furto, roubo ou colisão, desde que previamente autorizado da Secretaria Municipal de Transportes.

Seção II
Para Instituições Aglutinadoras

Art. 10. Às Instituições Aglutinadoras são assegurados os seguintes direitos:

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

I – Utilizar sistema de comunicação para atender à demanda do serviço;
II – Substituir, a qualquer momento, o veículo em que presta o Serviço de Táxi, observada a legislação em vigor.

CAPÍTULO V
DA CASSAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO E REGISTRO

Art. 11. As autorizações outorgadas para Taxistas Autônomos serão cassadas nas seguintes hipóteses:

I – Cobrança de Tarifa indevida ou não autorizada;
II – Prática de Infrações ao Código Disciplinar, no valor superior a mil vezes o valor do km rodado estabelecido através da Tabela emitida pela Secretaria Municipal de Transportes, em um período de 01 (um) ano;
III – Desvio comportamental, no qual a conduta do motorista ofereceu riscos à segurança, a boa educação ou à saúde do usuário ou da população;
IV – Obstruir intencionalmente a via pública, com ou sem a utilização do veículo;
V – Descumprimento a quaisquer dos deveres e obrigações indicados no Regulamento e no Código disciplinar, assegurado, em qualquer hipótese, o contraditório e a ampla defesa;
VI – Não realização de 01 (uma) vistoria pela Secretaria Municipal de Transportes, nos veículos utilizados para a prestação do Serviço de Táxi;
VII – Cessão gratuita ou onerosa, temporária ou permanente, do direito à prestação do Serviço de Táxi, sem prévia e expressa anuência da Secretaria Municipal de Transportes;
VIII – Entrega a pessoa não autorizada para conduzir o veículo utilizado para o Serviço de Táxi, conforme registro mantido pela Secretaria Municipal de Transportes;
IX – Quando for do interesse da Administração Pública.

Art. 12. As autorizações outorgadas para prestação dos serviços em Instituições Aglutinadoras serão cassadas nas seguintes hipóteses:

I – Caracterização de reiterada má prestação do Serviço de Táxi ou a verificação de irregularidades na prestação do Serviço, após aplicação de sanção de advertência, e desde que o problema verificado não tenha sido sanado, assegurado, em qualquer hipótese, o contraditório e a ampla defesa;
II – Decretação de falência das Instituições Aglutinadoras, ou caso o plano de recuperação judicial devidamente homologado em Juízo não esteja sendo cumprido;
III – Transferência do controle societário, direto ou indireto, sem anuência prévia da Secretaria Municipal de Transportes;
IV – Descumprimento a quaisquer dos deveres e obrigações indicados no Regulamento e no Código disciplinar, assegurado, em qualquer hipótese, o contraditório e a ampla defesa;
V – Não realização de 01 (uma) vistoria pela Secretaria Municipal de Transportes, nos veículos utilizados para a prestação do Serviço de Táxi;

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

VI – Cessão gratuita ou onerosa, temporária ou permanente, do direito à prestação do Serviço de Táxi, sem prévia e expressa anuência da Secretaria Municipal de Transportes;
VII – Entrega a pessoa não autorizada para conduzir o veículo utilizado para o Serviço de Táxi, conforme registro mantido pela Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 13. A decisão administrativa de revogar a autorização e registro será precedido de processo administrativo em que será assegurado aos interessados o direito de contraditório e ampla defesa no caso de punição, salvo quando for de interesse da Administração , com a comunicação dos atos processuais por meio de publicação em Diário Oficial do Município de Mangaratiba.

§ 1.º É obrigação dos interessados manterem os endereços atualizados nos cadastros da *SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES*. Reputar-se-ão válidas as comunicações enviadas aos interessados, por meio de correspondências devidamente registradas, para o endereço constante na Secretaria Municipal de Transportes;
§ 2.º O não comparecimento do interessado para se defender resultará na decretação de revelia, com o regular prosseguimento do processo;
§ 3.º Compete exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo, ou a autoridade a quem lhe for delegado o poder, a prerrogativa de revogar a autorização do mesmo.

CAPÍTULO VI
DA TRANSFERÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO

Art. 14. A autorização do transporte individual de passageiros é outorgada por prazo indeterminado e tem caráter precário, pessoal e intrasferível, sendo vedada a venda, trepasse, locação ou cessão a qualquer título do transporte.

CAPÍTULO VII
DOS VEÍCULOS

Seção I
DAS CARACTERÍSTICAS

Art. 15. Os veículos utilizados para a prestação do Serviço de Táxi deverão observar as seguintes características:

I – Ser de propriedade do Titular da autorização, podendo ser objeto de contrato de arrendamento ou alienação fiduciária com instituição financeira legalizada para tanto;
II – Possuir capacidade mínima para 05 (cinco) e máxima de 07 (sete) pessoas, incluindo o motorista;
III – Possuir no máximo 07 (sete) anos de uso, a contar a partir do ano de fabricação;

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

IV - Com exceção dos veículos vinculados as Instituições Aglutinadoras, todos os veículos utilizados na prestação do Serviço de Táxi deverão, obrigatoriamente, possuir na parte superior placa indicadora com a palavra TAXI, com iluminação, de modo a informar por identidade visual a prestação de serviço ao usuário;
V – Os veículos pertencentes ao Serviço de Táxi e às Instituições Aglutinadoras deverão ser devidamente identificados, de acordo com os padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Transportes;
VI – Não poderão ser utilizados veículos do tipo hatch ou pick-up;
VII – Todos os veículos deverão ser equipados com ar condicionado e 04 (quatro) portas laterais;
VIII – Possuir porta-malas com capacidade superior a 350 (trezentos e cinquenta) litros, não podendo ser obstruído mais de 30 (trinta) por cento do mesmo com equipamentos ou acessórios instalados no veículo;
IX – O modelo do veículo deverá ser previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Transportes;
X – Os veículos que operam o serviço como Taxista Autônomo deverá ser da cor Branca com faixas laterais que vão dos faróis dianteiros até as lanternas traseiras com 15 (quinze) cm de largura pintados na cor azul, sendo permitido o extremo de até 07 (sete) cm, contendo ainda as inscrições "MANGARATIBA – RJ" e "TÁXI CONVENCIONAL", bem como o número da autorização e telefone para reclamações, sugestões e elogios no prazo máximo de 180 (Cento e Oitenta) dias após o recadastramento;
XI – Os veículos que operam o serviço através das Instituições Aglutinadoras deverão ser da cor Prata com faixas laterais que vão dos faróis dianteiros até as lanternas traseiras com 15 (quinze) cm de largura pintados na cor Azul, sendo permitido o extremo de até 07 (sete) cm, contendo ainda as inscrições "MANGARATIBA – RJ" e "TÁXI EXECUTIVO", bem como o número da autorização, o nome da Instituição Aglutinadora e telefone para reclamações, sugestões e elogios. no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após o recadastramento.

Seção II
DAS VISTORIAS

Art. 16. Todos os veículos utilizados no Serviço de Táxi, serão vistoriados anualmente de acordo com as normas e o calendário de vistoria estabelecido pela Secretaria Municipal de Transportes;

Art. 17. Após a aprovação do veículo na vistoria, a Secretaria Municipal de Transportes fixará selo próprio em local visível, no interior do veículo atestando a aprovação;

Art. 18. O veículo não aprovado na vistoria ficará proibido de operar o Serviço de Táxi, até que sejam sanadas as exigências, que tão logo sejam feitas, o proprietário deverá submeter o mesmo a uma nova vistoria;

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Parágrafo único. O responsável pela vistoria, uma vez ocorrida a hipótese prevista neste artigo, entregará ao autorizatário o documento comprobatório da medida;

Art. 19. Caso o Titular da autorização esteja impossibilitado, por motivo de força maior, a realizar a vistoria do veículo, deverá, através de processo administrativo próprio, apresentar toda a documentação comprobatória do motivo do impedimento, a fim de que seja analisado pela Secretaria Municipal de Transportes concessão ou não de prazo adicional para realização da mesma.

Parágrafo único. A vistoria do veículo só poderá ser feita pelo motorista auxiliar legalmente registrado e vinculado ao veículo, mediante a apresentação de procuração por instrumento público, outorgado pelo titular da autorização, concedendo-lhes poderes especiais e específicos para tanto;

CAPÍTULO VIII
DAS TARIFAS

Art. 20. A tarifa será organizada de forma que todo o serviço seja cobrado mediante aprovação de valores oficiais pelo poder público municipal, após planilha detalhada apresentada pela Secretaria Municipal de Transportes, levando-se em consideração depreciação do veículo, custos operacionais e remuneração de motorista auxiliar.

Parágrafo único. Os valores das tarifas serão fixados e revista anualmente por ato próprio do Chefe do Executivo Municipal, de acordo com planilha apresentada pela Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 21. A Tabela de Tarifa será composta de valores diferenciados para os Serviços Convencionais e Executivos, sendo os valores do serviço executivo 10% (dez por cento) mais caros do que os valores dos serviços convencionais.

Art. 22. Os serviços convencionais são aqueles praticados por Taxistas Autônomos, enquanto que os serviços executivos são aqueles praticados por Instituições Aglutinadoras;

Art. 23. Tanto o serviço convencional quanto o serviço executivo, possuirão 02 (duas) tabelas de valores distintos, à saber:

I – Tarifa I: Será aplicada das 06:00 às 20:59 horas de segunda-feira à sábado, , excetuando-se feriados nacionais;

II – Tarifa II: Será aplicada:

a) Das 21:00 às 05:59 horas de segunda- feira à sábado;
b) Durante as 24 horas de Domingo e Feriados Nacionais;
c) Em Locais de vias não pavimentadas;

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

d) Quando houver mais de 03 (três) passageiros, não computados menores de 07 (sete) anos;
e) Quando houver excesso de bagagem, volume ou peso, além dos limites do veículo;
f) Em casos que se julgar necessário pela *Secretaria Municipal de Transportes*, que emitirá autorização expressa para tal fim.

Parágrafo único. A tarifa II será composta pelo o valor da tarifa I acrescida de 20 (vinte) por cento.

Art. 24. Os horários estabelecidos no artigo anterior será levado em consideração o momento de embarque do usuário;

Art. 25. O usuário deverá pagar o pedágio quando esse optar por trajetos em que esta cobrança seja devida;

Art. 26. Será ainda atribuída pela Secretaria Municipal de Transportes, o valor da hora parada ou fração, que poderá ser cobrado quando o veículo parado estiver aguardando o usuário por um período superior a 60 (sessenta) minutos, bem como, também será atribuída o valor da Bandeirada do serviço.

§ 1.º O valor de cada hora parada ou fração da mesma será correspondente ao valor de 10 (dez) quilômetros rodados, tomando como base Tarifa I do respectivo serviço.

§ 2.º O valor da bandeirada será correspondente a 02 (dois) quilômetros rodados, tomando como base Tarifa I do respectivo serviço.

CAPÍTULO IX
DAS PENALIDADES

Art. 27. As penalidades conseqüentes da inobservância das normas estabelecidas no presente regulamento estão previstas no "Código Disciplinar do Serviço de Transporte de Passageiros em Veículos de Aluguel no Município de Mangaratiba", que acompanha este regulamento;

Art. 28. O não pagamento das multas acarretará no bloqueio ou cassação da autorização, independente de sua cobrança judicial;

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Art. 29. O Serviço de Transporte Individual de Passageiros em Veículos de Aluguel, deverá estar sempre aberto para inovações tecnológicas que facilitem aos usuários, inovações essas, cuja a implementação dependerá da aprovação e autorização dos órgãos competentes.

Art. 30. Só é permitida a utilização do veículo cadastrado pela Secretaria Municipal de Transportes, para o Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros, sendo vedada sua utilização em eventos de natureza particular, sendo autorizado ao titular da autorização o uso do veículo para deslocamentos de sua família, devendo apresentar no momento da fiscalização os documentos que comprovem o parentesco, sujeitando-se o infrator às sanções previstas no Código Disciplinar do Serviço.

Art. 31. A Secretaria Municipal de Transportes, poderá escalar e inclusive determinar das Instituições Aglutinadoras, frota mínima em funcionamento, por período definido, para atendimento a eventos públicos e/ou comemorações realizados no âmbito do Município de Mangaratiba.

Art. 32. É vedado ao autorizatário do Serviço de Táxi Executivo prestar o serviço de táxi sem que esteja vinculado, inscrito ou cadastrado à uma Instituição Aglutinadora do Município de Mangaratiba.

Art. 33. O prazo para enquadramento dos veículos ao presente Regulamento no que se refere à vida útil e adequação das características definidas será de 01 (um) ano a contar da publicação deste Regulamento. Após esse período os veículos poderão ser excluídos e a autorização cancelada pelo Poder Concedente;

Art. 34. Os Agentes Fiscalizadores da Secretaria Municipal de Transportes de Mangaratiba, para cumprimento de seus deveres e atribuições poderão solicitar o auxílio das forças de segurança da esfera municipal, estadual e federal.

Art. 35 - Os processos administrativos somente terão andamento após satisfeitas as exigências legais, inclusive as relativas a débitos para com o Município de Mangaratiba, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

Art. 36. Nos casos de substituição de veículos, será exigida a apresentação de comprovante de baixa do veículo anterior nos registros do Detran-RJ, e, em nenhuma hipótese será permitida a substituição do veículo por outro mais antigo;

Art. 37. O número de Autorizações para o Serviço de Transporte individual de Passageiros em Veículos de Aluguel (Táxi), serão definidos através de portaria emitida pelo Secretario Municipal de Transportes do município devendo ser considerado o número máximo de 01 (um) veículo para cada 300 (trezentos) habitantes e o número mínimo de 01 (um) veículo para cada 500 (quinhentos) habitantes, levando em conta os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Parágrafo único. Os números de autorizações serão distribuídos da seguinte forma:

I) O quantitativo de 60% (sessenta por cento) das autorizações serão destinados ao Serviço Convencional.
II) O quantitativo de 40% (quarenta por cento) das autorizações serão destinados ao Serviço Executivo.

Art. 38. Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Transportes do Município de Mangaratiba, mediante parecer técnico dos órgãos competentes.

Art. 39. Este Regulamento entra em vigor na data da sua publicação.

ANEXO II

CÓDIGO DISCIPLINAR DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INVIDUAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL NO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

CAPÍTULO - I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Este Código Disciplinar aplica-se a todas as modalidades da prestação do Serviço de Táxi;

Art. 2.º As disposições e sanções administrativas de natureza disciplinar prevista neste Código, aplica-se a todo e qualquer titular da autorização e Motorista Auxiliar do Serviço de Táxi.

CAPÍTULO - II
DAS OBRIGAÇÕES DOS AUTORIZATÁRIOS DO SERVIÇO DE TÁXI E SANÇÕES APLICÁVEIS

Seção I
DAS OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 3.º Os Titulares de autorização para prestação do Serviço de Táxi deverão cumprir rigorosamente todas as obrigações administrativas estabelecidas pelo Poder Público Municipal. Serão penalizadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes condutas:

I – Deixar de requerer a baixa do termo ou alteração cadastral dentro do prazo de 30 (trinta) dias:
Inflação: Gravíssima
Penalidade: multa (Grupo E-1)

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

II – Permitir que outra pessoa exerça a função de condutor no Serviço de Táxi sem que esteja devidamente registrado:
Penalidade: Cassação da autorização

III – Manter em serviço motoristas portadores de doenças contagiosa, infectocontagiosa ou que coloque em risco a saúde ou a vida dos usuários:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)

IV – Deixar de comunicar a *Secretaria Municipal de Transportes* toda e qualquer exclusão de motorista auxiliar, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos:
Infração: Leve
Penalidade: Multa (Grupo E-4)

V- Deixar de instruir os motoristas auxiliares quanto às determinações da Secretaria Municipal de Transportes:
Infração: Grave
Penalidade: Multa (Grupo E-2)

VI – Deixar de identificar o infrator no prazo de 10 (dez) dias após a notificação da autuação:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)

Parágrafo Único: Após o prazo previsto no inciso anterior, não havendo a devida identificação, será lavrada nova multa em desfavor do titular da autorização, mantida a penalidade originada pela infração, cujo valor é o da multa multiplicada pelo número de infrações iguais cometidas no período de 12 (doze) meses.

Art. 4.º O Titular de autorização tem o dever de colaborar com a fiscalização, permitindo aos agentes credenciados o acesso ao veículo, caracterizando-se como penalizável não autorizar a fiscalização:
Infração: Grave
Multa: Multa (Grupo E-2)

Art. 5.º O Titular de autorização submeterá os veículos à vistoria anual ordinária efetuada pela *Secretaria Municipal de Mangaratiba,* de acordo com o calendário instituído. Deixar de efetuar a vistoria ordinária ou extraordinária por 01 (um) ano:
Infração: Gravíssima
Multa: Multa (Grupo E-2)

Parágrafo Único: Caso exceda 02 (dois) anos será aplicado a penalidade descrita no Art. 9.º Item VI do Código Disciplinar

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Art. 6.º Os documentos pertinentes ao veículo devem encontrar-se no interior do mesmo, à disposição da fiscalização. Não estar no veículo no momento da fiscalização o CRLV original emitido pelo Detran-RJ, o Certificado de Vistoria Anual atualizado emitido pela Secretaria Municipal de Transportes:
Infração: Média
Penalidade: Multa (Grupo E-3)
Medida Administrativa: Retenção do Veículo.

Art. 7.º O não cumprimento, na forma e nos prazos determinados, de ordens ou obrigações notificadas através de ofícios ordinários ou extraordinários, bem como decretos, convocações, intimações, comunicados e outros expedidos pela Secretaria Municipal de Transportes, efetivadas diretamente, através de meios de comunicação ou Diário Oficial do Município de Mangaratiba, sujeita ao titular da autorização infrator à seguinte penalidade/sanção, para cada transgressão:
Infração: Grave
Penalidade: Multa (Grupo E-2)

Art. 8.º O Titulares da autorização não poderá veicular ou divulgar qualquer tipo de comunicação, aviso, publicidade, publicação ou programação através de qualquer tipo de mídia, nas partes internas ou externas do veículo, sem prévia autorização expressa da Secretaria Municipal de Transportes, salvo aquelas determinadas pelo mesmo, aplicando-se a seguinte penalidade/sanção, por veículo, para cada transgressão:
Infração: Média
Penalidade: Multa (Grupo E-3)
Medida Administrativa: Retenção do veículo

Seção II
DAS OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS

Art. 9.º Somente são admitidos para a prestação do Serviço de Táxi os veículos licenciados no Município de Mangaratiba na categoria aluguel, devidamente registrados e cadastrados na Secretaria Municipal de Transportes estando por esta devidamente vistoriado e aprovado e com vida útil até o limite máximo estabelecido na normatização vigente, caracterizando como penalizáveis, isolada ou cumulativamente, os seguintes procedimentos:

I – Deixar de cumprir o horário de operação determinado no regulamento (por semana):
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

II- Colocar em operação veículo não registrado na Secretaria Municipal de Transportes – (penalidade/sanção por veículo):
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)

III – Colocar em operação veículo com a vida útil vencida – (penalidade/sanção por veículo):
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)
Medida Administrativa: Apreensão do Veículo

IV – Colocar em operação veículo com selo de vistoria pertencente a outro veículo – (penalidade/sanção por veículo):
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)
Medida Administrativa: Apreensão do veículo

V – Colocar em operação veículo que esteja proibido de operar, sem prévia autorização da Secretaria Municipal de Transportes – (penalidade/sanção por veículo):
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)

VI – Colocar em operação veículo não submetido à vistoria anual ordinária efetuada pela Secretaria Municipal de Mangaratiba, estando com o selo de vistoria vencido ou sem o selo de vistoria – (penalidade/sanção por veículo):
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)
Medida Administrativa: Apreensão do veículo

VII – Colocar em operação veículo com "layout" externo ou pintura externa em desacordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Transportes – (penalidade/sanção por veículo):
Infração: Grave
Penalidade: Multa (Grupo E-2)
Medida Administrativa: Apreensão do veículo

VIII – Não apresentar apólice de seguro APP de responsabilidade civil, na vigência:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação

IX – Executar qualquer serviço não autorizado pela Secretaria Municipal de Transportes (penalidade/sanção por veículo):
Infração: Gravíssima

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Penalidade: Multa (Grupo E-1)
Medida Administrativa: Apreensão do veículo

Art. 10. A manutenção dos veículos deve ser feita em local adequado, podendo ser feita em oficina própria ou de terceiros, caracterizando-se como penalizáveis, individual ou cumulativamente, os seguintes procedimentos:

I – Abastecimento de veículo com passageiros em seu interior:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)

II – Executar serviço de manutenção do veículo em via pública, exceto os emergenciais de pequena duração:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)
Medida Administrativa: Apreensão do veículo.

Seção III
DO ESTADO DOS VEÍCULOS EM OPERAÇÃO

Art. 11. O titular da autorização deve disponibilizar aos passageiros veículo em bom estado de conservação e que atendam aos requisitos de higiene, conforto e segurança, mantendo-se as características físicas aprovadas para cada um deles, caracterizando-se como penalizáveis, isolada ou cumulativamente, as seguintes irregularidades:

I – Falta, incorreção ou alteração de informação gráfica obrigatória:
Infração: Leve
Penalidade: Multa (Grupo E-4)

II – Inoperância ou mau funcionamento do sistema de ar condicionado:
Infração: Média
Penalidade: Multa (Grupo E-3)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação.

III – Falta, inoperância ou mau funcionamento das luminárias internas do veículo:
Infração: Leve
Penalidade: Multa (Grupo E-4)

IV – Mau funcionamento das janelas, falta de vidros ou vidros das janelas quebrados:
Infração: Gravíssimo
Penalidade: Multa (Grupo E-2)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

V – Mau estado de bancos, por estofamento rasgado, molejo, molhado, com mofo ou estofo sem efeito, por parte quebrada ou ausente:
Infração: Leve
Penalidade: Multa (Grupo E-4)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação.

VI – Falta de limpeza interna ou externa
Infração: Leve
Penalidade: Multa (Grupo E-4)

VII – Mau estado da carroceria do veículo:
Infração: Grave
Penalidade: Multa (Grupo E-2)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação.

VIII – Mau estado da pintura do veículo
Infração: Leve
Penalidade: Multa (Grupo E-4)

IX – Veículo com pára-brisa trincado, quebrado ou rachado
Infração: Média
Penalidade: Multa (Grupo E-3)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação.

X – Falta de pára-choque dianteiro ou traseiro:
Infração: Grave
Penalidade: Multa (Grupo E-2)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação.

XI – Falta, inoperância, mau funcionamento ou prazo de validade do extintor de incêndio vencido: Conforme a RESOLUÇÃO nº 556/2015/CONTRAN
Infração: Grave
Penalidade: Multa (Grupo E-2)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação.

XII – Falta, inoperância ou mau funcionamento do limpador de pára-brisa:
Infração: Grave
Penalidade: Multa (Grupo E-2)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação.

XIII – Falta ou inoperância de luzes nas lanternas indicadoras de direção (dianteira, lateral e/ou traseira) ou pisca-alerta:
Infração: Média
Penalidade: Multa (Grupo E-3)

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

XIV – Falta ou inoperância de luz nas lanternas indicadoras de acionamento de freio e/ou de marcha a ré:
Infração: Grave
Penalidade: Multa (Grupo E-2)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação.

XV – Falta ou avaria de óculo de lanternas indicadoras de direção (dianteira, lateral e/ou traseira), de parada ou de estacionamento de freio e/ou de marcha à ré:
Infração: Média
Penalidade: Multa (Grupo E-3)

XVI – Falta ou mau estado de espelho retrovisor externo
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação.

XVII – Falta ou mau estado de conservação do espelho retrovisor interno:
Infração: Média
Penalidade: Multa (Grupo E-3)

XVIII – Falta ou inoperância de velocímetro e odômetro
Infração: Média
Penalidade: Multa (Grupo E-3)

XIX – Inoperância do sistema de freio de estacionamento:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação.

XX – Alteração de característica aprovada para o veículo não prevista nos incisos anteriores:
Infração: Grave
Penalidade: Multa (Grupo E-2)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação.

Art. 12. O Veículo deve apresentar boas condições mecânicas, mantendo-se as características físicas aprovadas para cada veículo, caracterizando-se com penalizáveis, isolada ou cumulativamente, as seguintes irregularidades, que devem serem verificadas em local adequado:

I – Falta ou inoperância do motor de partida:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

II – Embreagem com defeito:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação.

III- Caixa de marcha com defeito:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação.

IV – Pneus carecas, inclusive o estepe e rodas com defeito:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação.

V – Sistema de escapamento e silenciador com defeito:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação.

VI – Vazamento de combustível, óleo lubrificante, óleo de caixa ou hidráulico:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação.

VII – Falta ou inoperância de amortecedores e outros componentes da suspensão:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação.

VIII – Alteração de característica aprovada para o veículo não prevista nos incisos anteriores:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)
Medida Administrativa: Retirada do veículo de operação.

CAPÍTULO - IV
DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS AOS AUTORIZATÁRIOS E AUXILIARES DO SERVIÇO DE TÁXI E SANÇÕES APLICÁVEIS

Seção I
DA IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Art. 13. O Titular da autorização e o Motorista Auxiliar deverão portar, de modo ostensivo, o Cartão de Identificação de Condutor do Serviço de Táxi original, caracterizando-se a sua ausência como penalizável com a seguinte sanção
Infração: Grave
Penalidade: Multa (Grupo E-2)

Seção II
DO RELACIONAMENTO SOCIAL

Art. 14. O Titular da autorização e o Motorista Auxiliar, no exercício da sua função, deverão tratar os passageiros e cidadãos em geral com respeito, atenção e urbanidade, caracterizando-se como penalizáveis os seguintes procedimentos:

I – Arrancar ou frear bruscamente o veículo
Infração: Média
Penalidade: Multa (Grupo E-3)

II – Obstruir a via, especialmente o cruzamento de vias, com o veículo parado:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)

III – Comprometer a segurança de terceiros:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)

IV – Utilizar fones de ouvidos ou telefone celular
Infração: Média
Penalidade: Multa (Grupo E-3)

Art. 15. O Titular da autorização e o Motorista Auxiliar não devem:

I – Exercer suas funções alcoolizados, sob efeito de tóxico ou droga que afete de quaisquer modos as condições físicas e mentais necessárias à prestação dos serviços:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)

II – Fumar no interior do veículo:
Infração: Grave
Penalidade: Multa (Grupo E-2)

III – Portar arma de qualquer espécie, assim como mantê-la no veículo:
Infração: Gravíssima

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Penalidade: Multa (Grupo E-1)

IV – Transportar e/ou permitir o transporte de qualquer mercadoria de manuseio e/ou uso proibido:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)

V – Trafegar acima da velocidade permitida, de acordo com a classificação da via pelo Código de Trânsito Brasileiro:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)

VI – Desrespeitar a capacidade autorizada de passageiros do veículo:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)

VII – Deixar de manter no veículo os documentos exigidos pela Secretaria Municipal de Transportes.
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)

VIII – Falta de educação, urbanidade ou tratamento desleal com o usuário do serviço:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)

IX – Exigir o pagamento da tarifa em caso de interrupção da viagem, causadas por problemas no veículo ou no condutor:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)

X – Efetuar a cobrança da tarifa de forma indevida ou não autorizada:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)
Medida Administração: Cassação da autorização

XI – Recusar passageiros ou viagens, exceto quando em conformidade com as definições no regulamento:
Infração: Gravíssima
Penalidade: Multa (Grupo E-1)

XII – Cobrar transporte de volumes, exceto quando em conformidade com a previsão do regulamento:
Infração: Gravíssima

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Penalidade: Multa (Grupo E-1)

XIII – Trabalhar sem prezar o devido cuidado com a aparência ou em desacordo com o tipo de roupa previsto no regulamento
Infração: Grave
Penalidade: Multa (Grupo E-2)

Seção III
DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FUNCIONAIS

Art. 16. O motorista auxiliar tem o dever de colaborar com a fiscalização, permitindo aos agentes credenciados o acesso ao veículo, caracterizando-se como penalizáveis os seguintes procedimentos:

I – Impedir ou dificultar o acesso do agente fiscalizador as informações operacionais ordinárias:
Infração: Grave
Multa: Multa (Grupo E-2)

II – Desautorizar a fiscalização:
Infração: Grave
Multa: Multa (Grupo E-2)

III – Omitir informações sobre irregularidades operacionais de que tenha conhecimento:
Infração: Grave
Multa: Multa (Grupo E-2)

CAPÍTULO V
DAS PENALIDADES

Seção I
INFRAÇÕES

Art. 17. A Secretaria Municipal de Transportes, na esfera das suas competências e considerando o disposto neste Código Disciplinar, aplicará as infrações nele previstas as seguintes sanções:

I – Multa, constitui a penalidade aplicável quando houver infração a requisitos técnicos que afetem à segurança e o conforto dos usuários dos serviços, de acordo com os valores estabelecidos neste código pelo Poder Público municipal, com os acréscimos percentuais previstos, quando cabíveis e demais agravantes, nos casos de reincidências;

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

II – As infrações punidas com multa classificam-se de acordo com sua gravidade, em quatro categorias:
a) infração de natureza gravíssima;
b) infração de natureza grave;
c) infração de natureza média;
d) infração de natureza leve;

III – A cada infração cometida são computados os seguintes números de pontos:
a) gravíssima – 07 (sete) pontos;
b)grave – 05 (cinco) pontos;
c) média – 04 (quatro) pontos;
d) leve – 03 (três) pontos;

IV – O motorista auxiliar que atingir a contagem de 20 (vinte) pontos no ano civil, terá que cumprir 30 (trinta) dias de suspensão;

V – A contagem do tempo que se trata o inciso anterior se iniciará no dia 01 de janeiro ás 00:01 e terminará em 31 de dezembro às 23:59;

VI – Quando o motorista auxiliar do autorizatário praticar, além dos elencados no regulamento sobre a cassação da autorização e durante a execução do serviço, ato irregular que tenha com conseqüência caracterização de possível crime, respeitado o direito de ampla defesa e esgotado os recursos cabíveis, poderá ser decretada a cassação do registro de auxiliar e / ou da autorização.

Art. 18. As multas, prevista no art 17, I, deste Código Disciplinar, também classificam-se em quatro categorias, de acordo com sua gravidade:

I- Grupo E-1: infração de natureza gravíssima, punida com multa de valor correspondente a 180 (cento e oitenta) UFIR-RJ;
II- Grupo E-2: infração de natureza grave, punida com multa de valor correspondente a 120 (cento e vinte) UFIR-RJ;
III- Grupo E-3: infração de natureza média, punida com multa de valor correspondente a 80 (oitenta) UFIR-RJ;
IV- Grupo E-4: infração de natureza leve, punida com multa de valor correspondente a 40 (quarenta) UFIR-RJ;

Art. 19. Os valores das multas serão atualizados automaticamente, de acordo com a atualização da Unidade Fiscal de Referência no Estado do Rio de Janeiro, ou outra norma que venha à substituí-la.

Parágrafo único. Os valores das multas não pagos no vencimento, conforme data expressa na notificação, sofrerão juros moratórios de 1% (hum por cento) ao mês.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Seção II
DA AUTUAÇÃO

Art. 20 – Ocorrendo a infração prevista no Código Disciplinar, lavrar-se-á auto de infração, do qual constará:

I – tipificação da infração;
II – local, data e hora do cometimento da infração;
III – número da placa do veículo, bem como o número de registro junto à pela Secretaria Municipal de Mangaratiba ;
IV – registro do recolhimento do Certificado de Vistoria Anual do Veículo, emitido pela Secretaria Municipal de Transportes, caso seja aplicável;
V – Identificação do agente autuante, com o devido número de sua matrícula.

Seção III
DAS NOTIFICAÇÕES

Art. 20 – Constatada a infração, será expedida notificação de autuação pelo poder publico municipal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, ficando concedido igual prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação de defesa administrativa, quando serão apreciadas a consistência e legalidade da pretensão punitiva pelo agente/órgão autuante.

Art. 21. Após a apreciação da defesa administrativa de que se trata o artigo anterior, no caso de resultado desfavorável ao autuado, ou após decorrido o prazo para apresentação da defesa sem manifestação do notificado, será expedida a notificação, impondo a penalidade e/ou medida administrativa cabível.

Art. 22. Em qualquer caso, as notificações de autuação e de penalidade e/ou medida administrativa serão sempre enviadas ao Titular da autorização, sendo expedidas e enviadas para o endereço do Titular da autorização constante no cadastro da pela Secretaria Municipal de Transportes

Parágrafo único. No caso específico de infração atribuída ao motorista auxiliar, este será notificado da mesma forma, prazos e condições do Titular da autorização.

Art. 23. Na notificação deverá constar a data do término do prazo para apresentação da defesa administrativa pelo interessado, que não será inferior a 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação da penalidade e/ou medida administrativa.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Art. 24. No caso de penalidade de multa, não havendo interesse na apresentação da defesa administrativa, a data para o recolhimento de seu valor será a mesma indicada no artigo anterior para a apresentação da referida defesa.

Seção IV
DOS RECURSOS E DOS JULGAMENTOS

Art. 25. Compete ao órgão atuador Secretaria Municipal de Transportes, como instância revisional, conhecer e apreciar recursos contra as autuações devidamente notificadas, na forma do artigo 20 deste Código Disciplinar.

Parágrafo único. O prazo para interposição de recurso contra a autuação de que se trata o caput deste artigo, será de 30 dias, contado da data de intimação do ato, devendo ser julgado no mesmo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 26. Da decisão do órgão autuador cabe recurso em última instância ao Secretário da Secretaria Municipal de Transportes , no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da intimação do ato, devendo ser julgado no mesmo prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. A apreciação do recurso previsto no caput deste artigo, encerra a instância administrativa de julgamento de infrações.

Art. 27. A interposição de recurso não acarreta efeito suspensivo da penalidade.

Parágrafo único. Caso os recursos não sejam julgados dentro dos prazos previstos nos artigos antecedentes desta Seção IV, o Secretário da Secretaria Municipal de Transportes, poderá conceder-lhe efeito suspensivo, de ofício ou a pedido do recorrente.

Art. 28. O recurso contra a imposição de multa poderá ser interposto no prazo legal sem o recolhimento do seu valor e, no caso de ter sido efetivado o recolhimento da multa previamente à interposição do recurso, se este vier a ser julgado procedente a importância paga será devolvida, devidamente atualizada pela UFIR-RJ.

Art. 29. Esgotados os recursos, as penalidades e/ou medidas administrativas aplicadas nos termos do Código Disciplinar serão cadastradas nos registros adequados da pela Secretaria Municipal de Transportes.

GOVERNO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 4.526, DE 6 DE AGOSTO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1.º Ficam considerados estáveis, de acordo com o artigo 31, da Lei n.º 05/91 e Emenda Constitucional n.º 19/98, que deu nova redação ao Artigo 41 da Constituição Federal do Brasil, os Servidores aprovados no Concurso Público realizado em 2015, homologado em 29 de janeiro de 2016, conforme Edital n.º 01/2016, admitidos conforme a data de admissão ao lado do respectivo nome, constante na relação que passa a ser parte integrante do presente Decreto.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 6 de agosto de 2021.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

Atos da Prefeitura

GOVERNO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

CÓDIGO	NOME DO SERVIDOR	ADMISSÃO	CARGO	CPF
10469	ADRIANA DAS DORES DOMINGOS	21/03/2018	PROFESSOR II	04411810743
10464	CARLA CRISTINA MOREIRA DA SILVA	21/03/2018	PROFESSOR II	08680144789
10461	CATIA DE PINTO FERREIRA	21/03/2018	PROFESSOR II	05207419781
10462	ELAINE YORIO CAMARGO	21/03/2018	PROFESSOR II	05372408707
10463	FABIANO DA SILVA SANTOS	21/03/2018	PROFESSOR I	08999824764
10453	GISELE DE PAULA BENTO LIMA E SOUZA	19/02/2018	PROFESSOR II	13327132704
10468	INDYANARA LINHARES GONCALVES	21/03/2018	PROFESSOR II	12153376718
10465	JANICE CRISTINA DE MATOS PINTO	21/03/2018	PROFESSOR II	13566625795
10470	JOELMA MARIA CEIA DOS REMEDIOS	21/03/2018	PROFESSOR II	00213850761
10456	MARIA HELENA MARTINS DOS SANTOS	19/02/2018	PROFESSOR II	11558176721
10467	MICHELE DE OLIVEIRA SILVA RAMOS	21/03/2018	PROFESSOR II	10513494782
10458	NAYARA GOULARTH VILELA	19/02/2018	ORIENTADOR EDUCACIONAL	13950587764
10454	ODILIA DIAS BICALHO ALACRINO	19/02/2018	PROFESSOR II	07034274746
10459	QUELLY DA FONSECA VIEIRA	19/02/2018	PROFESSOR II	05722449750
10466	ROSANGELA SILVA DOS SANTOS	21/03/2018	PROFESSOR II	11782500758
10460	ROSILENE DA SILVA E SILVA	19/02/2018	ORIENTADOR EDUCACIONAL	05405668702
10457	SANDRA ALVES DE SOUZA COSTA	19/02/2018	ORIENTADOR EDUCACIONAL	70326339787
10478	TATIANA PORTELA BARRETO	05/06/2018	PROFESSOR II	05450191766
10477	VALDIRENE CONCEICAO DE SOUZA	05/06/2018	PROFESSOR II	02504918771
10455	VALDIRENE MARIANO DA SILVA ELIAS	19/02/2018	PROFESSOR II	10329369750

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca

HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

Processo Nº 8866/2021

OBJETO: Participação no curso de capacitação do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal - PNCEBT.

Considerando os trabalhos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Mangaratiba e seus Órgãos, bem como a manifestação expressa no parecer exarado pela **Controladoria Geral do Município (CGM)**, **HOMOLOGO** a presente inexigibilidade em favor da **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO- CNPJ 48.031.918/0020-97**, **na importância total de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais),** objetivando a **participação no curso de capacitação do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal - PNCEBT,** sendo inexigível a *licitação, com fundamento no art. 25º, II, da Lei n. 8.666/93.*

Ante o exposto, **RATIFICO** nos termos do art. 26 da Lei Federal 8.666/93 o presente processo administrativo, para que produza seus devidos e legais efeitos.

PUBLIQUE-SE.

Mangaratiba/RJ, em 09 de agosto de 2021.

Roberto César Oliveira
Secretário Mun. Agricultura e Pesca
Portaria: 001/2021

ROBERTO CÉSAR OLIVEIRA
Secretário Municipal de Agricultura e Pesca

Digitalizado com CamScanner

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Órgão: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Considerando os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, bem como as manifestações em despachos exarados pela Procuradoria Municipal e pela Controladoria Geral do Município, e de acordo com a Lei Municipal N.° 41/2017, **HOMOLOGO** o Pregão Presencial Sistema Registro de Preço nº **013/2021 – REMARCAÇÃO II**, Processo Administrativo nº **1830/2021**, visando **Registro de Preços para aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP), em botijões de 13 kg e de 45 kg, mediante sistema de troca de botijões e aquisição de vasilhames, a serem entregues nas Unidades Escolares do Município e na Secretaria Municipal de Educação, conforme Termo de Referência Anexo I deste Edital,** em favor da empresa abaixo:

EMPRESAS VENCEDORAS	VALOR TOTAL
J.M.S. DEPÓSITO DE GÁS LTDA CNPJ: 14.677.137/0001-90	**R$ 287.168,00**

Perfazendo o valor total de **R$ 287.168,00** (*duzentos e oitenta e sete mil cento e sessenta e oito reais*).

Mangaratiba, 09 de agosto de 2021.

Brena da Costa Maia
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Prof. Brena da Costa Maia
Secretária Municipal de Educação,
Esporte e Lazer
Matr.: 1596

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Secretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Rafaela Neves
Nivea Marques
Caio Vettorazzi
Talita Girão

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia
Larissa Kely Velludo
Jéssica Mendes Rodolfo

Diagramação:
Claud Bernard Filho

Fotografia:
Jonathan Abade
Renan Ferreira Vasconcellos
Rhaysa Amaral

Impressão:
Secretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal